

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Hudson Shiguer Kinashi
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

| | |
|---|---|
| Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i> | Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i> | Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i> |
| Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i> | Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i> |
| Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i> | Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i> | Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i> | Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i> |
| Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i> | Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i> | Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i> |
| Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i> | Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i> | Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i> |
| Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i> | Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i> | Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i> |
| Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i> | Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i> | Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i> | Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i> | Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i> |
| Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i> | Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i> |
| Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i> | |

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais
(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência
(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 1158/2020-PGJ, DE 3.4.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aposentadoria voluntária ao Promotor de Justiça José Roberto Tavares de Souza, ocupante do cargo efetivo de Promotor de Justiça, Entrância Especial, símbolo MP-24, pertencente ao Quadro de Pessoal do Ministério Público, nos termos dos artigos 73, parágrafo único, e 78 da Lei Estadual nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005, e artigo 3º, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e na inatividade perceberá proventos integrais (Processo PGJ/10/4679/2020).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1166/2020-PGJ, DE 3.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 6.4.2020, a Portaria nº 322/2020-PGJ, de 28.1.2020, que designou o Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger para responder pela Secretaria de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1167/2020-PGJ, DE 3.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 6.4.2020, a Portaria nº 323/2020-PGJ, de 28.1.2020, que delegou competência ao Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger para autorizar despesas, movimentar contas e transferências financeiras, como ordenador de despesas, no âmbito do Ministério Público Estadual.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1160/2020-PGJ, DE 3.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, *ad referendum* do Conselho Superior do Ministério Público

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o 37º Promotor de Justiça de Campo Grande, Alexandre Magno Benites de Lacerda, para, com prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, a partir de 6.4.2020, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1161/2020-PGJ, DE 3.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente agregado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para exercer a função de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, a partir de 6.4.2020, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1162/2020-PGJ, DE 3.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Delegar competência ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente agregado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para autorizar despesas, movimentar contas e transferências financeiras, como ordenador de despesas, no âmbito do Ministério Público Estadual, a partir de 6.4.2020, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1168/2020-PGJ, DE 3.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 6.4.2020, a Portaria nº 331/2020-PGJ, de 28.1.2020, que designou o 37º Promotor de Justiça de Campo Grande, Alexandre Magno Benites de Lacerda, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a 24ª Promotoria de Justiça da referida Comarca.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1164/2020-PGJ, DE 3.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, *ad referendum* do Conselho Superior do Ministério Público

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o 34º Promotor de Justiça de Campo Grande, Paulo César Zeni, para, com prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, a partir de 6.4.2020, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1163/2020-PGJ, DE 3.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, *ad referendum* do Conselho Superior do Ministério Público

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o 71º Promotor de Justiça de Campo Grande, Ricardo de Melo Alves, para, com prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, a partir de 6.4.2020, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1169/2020-PGJ, DE 3.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 6.4.2020, a Portaria nº 332/2020-PGJ, de 28.1.2020, que designou o 71º Promotor de Justiça de Campo Grande, Ricardo de Melo Alves, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a 23ª Promotoria de Justiça da referida Comarca.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1165/2020-PGJ, DE 3.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 6º Promotor de Justiça de Dourados, Fernando Jamusse, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 2 de abril de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1134/2020-PGJ, DE 31.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Corumbá, referente ao mês de abril de 2020, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução nº 19/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

| PERÍODO DO PLANTÃO | PROMOTORIA DE JUSTIÇA | PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA | TELEFONE DO PLANTÃO |
|--------------------------------------|-----------------------|-----------------------------------|---------------------|
| 1º (18h01min) a 8.4.2020 (7h59min) | 6ª | Marcos Martins de Brito | 99603-9203 |
| 8 (18h01min) a 15.4.2020 (7h59min) | 4ª | Fabio Adalberto Cardoso de Moraes | 99603-9203 |
| 15 (18h01min) a 22.4.2020 (7h59min) | 4ª | Fabio Adalberto Cardoso de Moraes | 99603-9203 |
| 22 (18h01min) a 29.4.2020 (7h59min) | 4ª | Fabio Adalberto Cardoso de Moraes | 99603-9203 |
| 29.4 (18h01min) a 6.5.2020 (7h59min) | 6ª | Marcos Martins de Brito | 99603-9203 |

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1135/2020-PGJ, DE 31.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas, referente ao mês de abril de 2020, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução nº 19/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

| PERÍODO DO PLANTÃO | PROMOTORIA DE JUSTIÇA | PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA | TELEFONE DO PLANTÃO |
|--------------------------------------|-----------------------|-----------------------------------|---------------------|
| 1º (18h01min) a 8.4.2020 (7h59min) | 9ª | Luciano Anechini Lara Leite | 99129-2433 |
| 8 (18h01min) a 15.4.2020 (7h59min) | 8ª | Moisés Casarotto | 99129-2433 |
| 15 (18h01min) a 22.4.2020 (7h59min) | 7ª | José Roberto Tavares de Souza | 99129-2433 |
| 22 (18h01min) a 29.4.2020 (7h59min) | 6ª | Jui Bueno Nogueira | 99129-2433 |
| 29.4 (18h01min) a 6.5.2020 (7h59min) | 1ª | Antonio Carlos Garcia de Oliveira | 99129-2433 |

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1140/2020-PGJ, DE 1º.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Designar o 8º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Moisés Casarotto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 4ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 20.3.2020, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1156/2020-PGJ, DE 3.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 24/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais (Processo PGJ/10/4121/2020).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1143/2020-PGJ, DE 3.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Exonerar, a pedido, a partir de 17.1.2020, do cargo em efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Paula Giselle de Almeida Ferrari, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 1124/2020-PGJ, DE 30.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

| PORTARIA Nº 053/2019-PGJ | | | | | |
|--------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Juliana Depieri Sgorla | 2018/2019 | 15 a 24.7.2019 | 30.3 a 8.4.2020 | | 1º a 10.2.2019 |

| PORTARIA Nº 2875/2019-PGJ | | | | | |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Flávia Areias de Andrade Coelho Sena | 2018/2019 | 10 a 19.12.2019 | 30.3 a 8.4.2020 | | 2 a 11.9.2019 |
| Murilo Marquini Porto | 2018/2019 | 16 a 25.9.2019 | 30.3 a 8.4.2020 | | 13 a 22.1.2020 |

| PORTARIA Nº 3545/2019-PGJ | | | | | |
|----------------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Maristella Almeida Franzim Souza | 2018/2019 | 14 a 23.10.2019 | 30.3 a 8.4.2020 | | 7 a 16.1.2020 |

| PORTARIA Nº 4170/2019-PGJ | | | | | |
|-------------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|-----------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Rony Pedroso Vasques | 2018/2019 | 10 a 19.12.2019 | 30.3 a 8.4.2020 | | 18 a 27.11.2019 |
| Vivian Sheilis Bögger Queiroz | 2017/2018 | 8 a 17.1.2020 | 30.3 a 8.4.2020 | 13 a 22.10.2020 | |

| PORTARIA Nº 4365/2019-PGJ | | | | | |
|-------------------------------|--------------------|--------------------------|------------------|----------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Geisa Jacob Gomes de Almeida | 2018/2019 | 7 a 16.1.2020 | 23.3 a 1º.4.2020 | | 17 a 26.6.2020 |
| Jean Haeffner Machado | 2017/2018 | 22 a 31.1.2020 | 30.3 a 8.4.2020 | | 7 a 16.1.2020 |
| Josiany da Costa Maia Andrin | 2018/2019 | 16.7 a 4.8.2020 | | | 7 a 16.1.2020 |
| Leonardo Dáguila da Silva | 2019/2020 | 23.3 a 1º.4.2020 | 8 a 17.9.2020 | | 13 a 22.1.2020 |
| Luiz Fernando Ribeiro Barbosa | 2017/2018 | 7 a 16.1.2020 | 1º a 10 .6.2020 | | 20 a 29.1.2020 |
| Marcela Diniz Borges de Pauli | 2018/2019 | 22 a 31.1.2020 | 13 a 22.7.2020 | 3 a 12.11.2020 | |
| Pedro Borges de Souza | 2018/2019 | 7 a 26.1.2020 | 22 a 31.7.2020 | | |
| Rafael Tosi de Carvalho | 2018/2019 | 13 a 22.7.2020 | 17 a 26.8.2020 | | 7 a 16.1.2020 |
| Rosinei Escobar Xavier | 2018/2019 | 12 a 21.2.2020 | 30.3 a 8.4.2020 | | 7 a 16.1.2020 |
| Wanessa Barbosa Santana | 2018/2019 | 20 a 29.1.2020 | 13 a 22.7.2020 | | 7 a 16.1.2020 |

| PORTARIA Nº 180/2020-PGJ | | | | | |
|--------------------------|--------------------|--------------------------|------------|------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |

| | | | | | |
|------------------------------|-----------|------------------|-----------------|--|----------------|
| Fernando da Silva Dellamura | 2018/2019 | 8 a 17.7.2020 | 3 a 12.2.2021 | | 1º a 10.2.2020 |
| Luciane Senger | 2018/2019 | 22.4 a 1º.5.2020 | 29.6 a 8.7.2020 | | 3 a 12.2.2020 |
| Paulo Márcio da Silva Soeira | 2017/2018 | 30.3 a 8.4.2020 | 25.5 a 3.6.2020 | | 3 a 12.2.2020 |

| PORTARIA Nº 462/2020-PGJ | | | | | |
|--------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Rafael Ponteli Ataíde | 2018/2019 | 20.3 a 8.4.2020 | 21 a 30.10.2020 | | |

| PORTARIA Nº 852/2020-PGJ | | | | | |
|-------------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|----------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Maria Caroline Lima Madureira | 2018/2019 | 22.4 a 1º.5.2020 | 27.8 a 5.9.2020 | 3 a 12.11.2020 | |
| Thaís Noll Marques Perciany | 2018/2019 | 13.4 a 2.5.2020 | | | 1º a 10.4.2020 |

Passe a constar:

| PORTARIA Nº 053/2019-PGJ | | | | | |
|--------------------------|--------------------|--------------------------|----------------|------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Juliana Depieri Sgorla | 2018/2019 | 15 a 24.7.2019 | 15 a 24.6.2020 | | 1º a 10.2.2019 |

| PORTARIA Nº 3545/2019-PGJ | | | | | |
|----------------------------------|--------------------|--------------------------|----------------|------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Maristella Almeida Franzim Souza | 2018/2019 | 14 a 23.10.2019 | 15 a 24.6.2020 | | 7 a 16.1.2020 |

| PORTARIA Nº 2875/2019-PGJ | | | | | |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------------|----------------|------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Flávia Areias de Andrade Coelho Sena | 2018/2019 | 10 a 19.12.2019 | 15 a 24.6.2020 | | 2 a 11.9.2019 |
| Murilo Marquini Porto | 2018/2019 | 16 a 25.9.2019 | 1º a 10.6.2020 | | 13 a 22.1.2020 |

| PORTARIA Nº 4170/2019-PGJ | | | | | |
|-------------------------------|--------------------|--------------------------|---------------|-----------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Rony Pedroso Vasques | 2018/2019 | 10 a 19.12.2019 | 8 a 17.9.2020 | | 18 a 27.11.2019 |
| Vivian Sheilis Bögger Queiroz | 2017/2018 | 8 a 17.1.2020 | 6 a 15.7.2020 | 13 a 22.10.2020 | |

| PORTARIA Nº 4365/2019-PGJ | | | | | |
|-------------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Geisa Jacob Gomes de Almeida | 2018/2019 | 7 a 16.1.2020 | 9 a 18.12.2020 | | 17 a 26.6.2020 |
| Jean Haeffner Machado | 2017/2018 | 22 a 31.1.2020 | 15 a 24.6.2020 | | 7 a 16.1.2020 |
| Josiany da Costa Maia Andrin | 2018/2019 | 13.10 a 1º.11.2020 | | | 7 a 16.1.2020 |
| Leonardo Dáguila da Silva | 2019/2020 | 15 a 24.6.2020 | 8 a 17.9.2020 | | 13 a 22.1.2020 |
| Luiz Fernando Ribeiro Barbosa | 2017/2018 | 7 a 16.1.2020 | 13 a 22.10.2020 | | 20 a 29.1.2020 |
| Marcela Diniz Borges de Pauli | 2018/2019 | 22 a 31.1.2020 | 20 a 29.7.2020 | | 11 a 20.5.2020 |
| Pedro Borges de Souza | 2018/2019 | 7 a 26.1.2020 | | | 4 a 13.5.2020 |
| Rafael Tosi de Carvalho | 2018/2019 | 30.11 a 19.12.2020 | | | 7 a 16.1.2020 |
| Rosinei Escobar Xavier | 2018/2019 | 12 a 21.2.2020 | 3 a 12.11.2020 | | 7 a 16.1.2020 |
| Wanessa Barbosa Santana | 2018/2019 | 20 a 29.1.2020 | 15 a 24.6.2020 | | 7 a 16.1.2020 |

| PORTARIA Nº 180/2020-PGJ | | | | | |
|------------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Fernando da Silva Dellamura | 2018/2019 | 3 a 12.2.2021 | 16 a 25.6.2021 | | 1º a 10.2.2020 |
| Luciane Senger | 2018/2019 | 13 a 24.10.2020 | 18 a 27.11.2020 | | 3 a 12.2.2020 |
| Paulo Márcio da Silva Soeira | 2017/2018 | 13 a 22.5.2020 | 17 a 26.6.2020 | | 3 a 12.2.2020 |

| PORTARIA Nº 462/2020-PGJ | | | | | |
|--------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Rafael Ponteli Ataíde | 2018/2019 | 12 a 31.8.2020 | 21 a 30.10.2020 | | |

| PORTARIA Nº 852/2020-PGJ | | | | | |
|-------------------------------|--------------------|--------------------------|------------------|----------------|----------------------|
| SERVIDOR (A) | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Maria Caroline Lima Madureira | 2018/2019 | 27.8 a 5.9.2020 | 30.9 a 9.10.2020 | 3 a 12.11.2020 | |
| Thaís Noll Marques Perciany | 2018/2019 | 15.6 a 4.7.2020 | | | 1º a 10.4.2020 |

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1142/2020-PGJ, DE 2.4.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 451/2019-PGJ, de 8.2.2019, e suas modificações, na parte que concedeu férias ao servidor Jonathas Santos de Oliveira, de forma que, onde consta: “de 30.3 a 8.4.2020”, passe a constar: “de 5 a 14.8.2020”.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1112/2020-PGJ, DE 30.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Cláudia Vargas dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença por luto, em razão do falecimento de seu genitor, a partir de 18.3.2020, nos termos da alínea “b” do inciso III do artigo 171 e inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 022/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1130/2020-PGJ, DE 30.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Adriana Vargas dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença por luto, em razão do falecimento de seu genitor, a partir de 18.3.2020, nos termos da alínea “b” do inciso III do artigo 171 e inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 022/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1144/2020-PGJ, DE 3.4.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 767/2020-PGJ, de 27.2.2020, que designou o servidor Denis Clebson da Cruz, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo, nos períodos de 30.3 a 8.4.2020, 22.4 a 1º.5.2020 e 13 a 17.4.2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1155/2020-PGJ, DE 3.4.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Francisco Vilar Bermal Júnior, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 22.3 a 20.4.2020, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

COMISSÃO ELEITORAL**AVISO Nº 05/2020/CE-PGJ**

A COMISSÃO ELEITORAL DESIGNADA PELO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA PARA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DE FORMAÇÃO DA LISTA TRÍPLICE PARA ESCOLHA DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA NO ANO DE 2020, no uso das atribuições previstas na Resolução nº 12/2019-CPJ, de 22.11.2019, torna público o resultado da eleição para composição da lista tríplice para a escolha do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, para o biênio 2020/2022, realizada no dia 3 de abril do corrente ano, pelo Sistema de Eleição Eletrônica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme se segue:

- Dr. Alexandre Magno Benites de Lacerda, 191 (cento e noventa e um) votos;
- Dr. Paulo César Zeni, 120 (cento e vinte) votos;
- Dr. Ricardo de Melo Alves, 107 (cento e sete) votos; e
- Dr. Ricardo Rotunno, 54 (cinquenta e quatro) votos.

Campo Grande, 3 de abril de 2020.

SÉRGIO LUIZ MORELLI

Procurador de Justiça

Presidente da Comissão Eleitoral

MAURI VALENTIM RICIOTTI

Procurador de Justiça

Membro

OLAVO MONTEIRO MASCARENHAS

Procurador de Justiça

Membro – Suplente

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000143 DE 1º.04.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1289/2020**

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.745,00 (um mil setecentos e quarenta e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000143 de 1º.04.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000144 DE 1º.04.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1289/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 449,00 (quatrocentos e quarenta e nove reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000144 de 1º.04.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000145 DE 1º.04.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1289/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.745,00 (um mil setecentos e quarenta e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000145 de 1º.04.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000146 DE 1º.04.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1289/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 655,00 (seiscentos e cinquenta e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000146 de 1º.04.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000147 DE 1º.04.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1289/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 479,00 (quatrocentos e setenta e nove reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000147 de 1º.04.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 38/PGJ/2019.

Processo PGJ/10/2119/2019.

Partes:

1 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2 – **M HONDA ENGENHARIA LTDA.**, representada por **Manoel Roberto Honda**.

Amparo legal: Artigo 57, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: **Prorrogação de vigência contratual** por 6 (seis) meses, sem ônus para o erário.

Vigência: 18.06.2020 a 18.12.2020.

Data de assinatura: 1º de abril de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/PGJ/2020

Processo nº PGJ/10/0608/2020

Partes:

1 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2 – **JOÃO MANOEL MAZZEI RABELO**;

Licitação: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Contratação de profissional com conhecimento técnico especializado para a prestação de serviço de auditoria independente em Sistema de Eleição Eletrônica (SEE) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor total: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE001330, de 24.03.2020.

Vigência: 1º.04.2020 a 1º.10.2020.

Data de assinatura: 1º de abril de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/PGJ/2020.

Processo PGJ/10/1250/2020.

1 – **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2 – **RENTAL LOCADORA DE BENS E VEÍCULOS LTDA**, representada por **Mauro Luiz Barbosa Dodero**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Locação de 1 (um) veículo blindado para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor total da contratação R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais), sendo R\$ 8.250,00 (oito mil duzentos e cinquenta reais) por mês de locação, nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE001342, de 25.03.2020.

Vigência: 1º.04.2020 a 1º.07.2020.

Data da assinatura: 1º de abril de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/3297/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **SOARES E TREFZGER LTDA**, representada por **Willian de Oliveira Trefzger Ballock**.

Procedimento licitatório: Concorrência nº 5/CPL/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Execução da obra de construção do edifício-sede das Promotorias de Justiça da comarca de Corumbá/MS, na Rua Campo Grande, s/n, quadra 43, lote 50, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Corumbá/MS, pelo Regime de Execução de Empreitada por Preço Global, incluindo o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e todos os materiais necessários.

Valor contratual total: R\$ 5.498.541,88 (cinco milhões quatrocentos e noventa e oito mil quinhentos e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000130, de 23.03.2020.

Vigência: 02.04.2020 a 02.10.2022.

Data de assinatura: 2 de abril de 2020.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 0003/2020/76PJ/CGR**

A 76.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil: 06.2020.00000431-5

Requerente: 76.^a Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

Requeridos: Associação de Amparo a Maternidade e a Infância – Maternidade Cândido Mariano -AAMI

Assunto: Apurar falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) aos profissionais da saúde na Associação de Amparo a Maternidade e a Infância – Maternidade Cândido Mariano – AAMI para evitar contaminação do Novo Coronavírus (nCoV-2019).

Campo Grande, MS, 02 de abril de 2020.

LUCIANA DO AMARAL RABELO

76.^a Promotora de Justiça da Saúde Pública

EDITAL Nº 04/2020.

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2020.00001370-3

Requerentes: Jhonny da Silva Coelho e Cássio Eduardo de Almeida Silva

Requerido: Condomínio Sebastião Melo, localizado na Rua dos Pereiras, 675, Bairro

Jardim Monte Alegre.

Objeto: Acompanhar as providências adotadas pelo Corpo de Bombeiros Militar em face do Condomínio Sebastião Melo, e as ações executadas pelo Condomínio para sua adequação e obtenção do necessário certificado de vistoria.

Campo Grande, 03 de abril de 2020.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça.

CORUMBÁ

EDITAL 0007/2020/05PJ/CBA

Autos de Inquérito Civil nº 06.2019.00000912-1

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC firmado nos autos do Inquérito Civil 06.2018.00002160-0, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1880, Centro, Corumbá/MS. Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Compromissário: César Augusto Domingues. Objeto: O compromissário reconhece a irregularidade exposta aos autos do Inquérito Civil acima mencionado, consistente na cobrança da quantia complementar de R\$ 50,00 (cinquenta reais) em face de consumidora conveniada a Unimed de Corumbá para a realização de exame "BETA-HCG QUANTITATIVO", o qual já estava acobertado por contrato. Assume a obrigação de não fazer consistente em abster-se doravante de cobrar quantia complementar a consumidores para a realização de exames já acobertados por planos de saúde. O descumprimento da presente cláusula ensejará aplicação de multa no valor de 10 (dez) salários mínimos ao Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor desta Comarca, para cada consumidor que for cobrado. O Compromissário assume a obrigação de reparar os danos causados à coletividade mediante a doação ao Consecol (Conselho de Segurança de Corumbá e Ladário) de 01 (um) computador completo, contendo cada um as seguintes especificações mínimas: "Marca Certo PC, Modelo ITX, Gabinete: Mini-ITX GI-218R, Fonte: 200W reais, Placa Mãe: Asus J1800I-C/BR, Processador: Intel Celeron Dual-Core J1800 (2.41ghz a 2.58 ghz), Memória Ram: 4GB DDR3L 1600mhz Sodimm (Capacidade Máxima 16 GB), Disco Rígido: 1.0TB SATA 3 7.200RPM 3.5", não acompanha unidade optica, placa de vídeo: Onboard – Intel HD Graphics, Sistema operacional: Linux, teclado, mouse, caixa de som, Monitor LG 19,5" (VGA, 1366x768)", o qual deverá ser destinado para a 1ª Delegacia de Polícia de Corumbá, de repressão dos crimes contra as relações de consumo, na pessoa do Delegado Titular, Sam Ricardo Aranha Suzumura, com a finalidade de atender ao interesse da população corumbaense. A entrega do computador deverá ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do presente, devidamente acompanhados de nota-fiscal da aquisição dos produtos. Cópia do termo de entrega e recebimento e da nota fiscal deverá ser apresentada, no mesmo prazo, nesta Promotoria de Justiça. A modificação das especificações poderá ser feita com aquiescência da autoridade policial que receberá os computadores. O descumprimento da presente cláusula ensejará aplicação de multa no valor de 40 (quarenta) salários mínimos ao Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor desta Comarca.

Data da celebração do TAC: 05 de março de 2020.

Corumbá/MS, 11 de março de 2020.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

EDITAL 0014/2020/05PJ/CBA

Autos de Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2020.00001378-0

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC 09.2020.00001378-0, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Laboratório de Análises Clínicas Carlos Chagas Ltda.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento das obrigações pactuadas no Inquérito Civil nº 06.2019.00000912-1 por parte do Laboratório de Análises Clínicas Carlos Chagas LTDA.

Corumbá/MS, 02 de abril de 2020.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio dos Promotores Eleitorais, Titulares da 7ª e 50ª Zonas Eleitorais da Comarca de Corumbá, MS, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 e no artigo 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 79 da Lei Complementar Federal nº 75/1993, que dispõe sobre o Promotor Eleitoral, o qual será o membro do Ministério Público local que officie junto ao Juízo incumbido do serviço eleitoral de cada Zona Eleitoral;

CONSIDERANDO que configura conduta vedada a agentes públicos fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público, ficando proibida ainda, no ano em que se realizar a eleição, a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto em casos de calamidade pública, estado de emergência ou de programas sociais já em execução (art. 73, IV, c/c art. 73, §10, da Lei nº. 9.504/1997);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n.º 15.396, de 19 de março de 2020, do Poder Executivo do Estado do Mato Grosso do Sul, que declarou situação de emergência em saúde no âmbito estadual, dispondo sobre uma série de medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana provocada pelo novo coronavírus (COVID- 19), em atendimento à declaração pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, de pandemia de COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2);

CONSIDERANDO também os Decretos nº. 2.268/20 e nº 5.117/20, dos Poderes Executivos dos Municípios de Corumbá e Ladário, respectivamente, que declarou situação de emergência em saúde no âmbito municipal, dispondo sobre uma série de medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana provocada pelo novo coronavírus (COVID- 19), inclusive com a recomendação de restrição ao funcionamento de diversos estabelecimentos;

CONSIDERANDO que nesse aspecto, embora em ano eleitoral, há possibilidade de excepcionar a vedação de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública em virtude de situação de emergência ou calamidade pública (art. 73, IV c/c/ art. 73, §10. da Lei 9.504/97).

CONSIDERANDO que diante do quadro de vulnerabilidade evidente em toda sociedade brasileira, seja de natureza social, epidemiológica e econômica, e ainda com a já anunciada distribuição de kits de merenda escolar¹, cestas básicas, auxílios financeiros² e demais bens e incentivos doados pela Prefeitura Municipal de Corumbá e Ladário, MS, a

¹ Prefeitura vai entregar kit de merenda para alunos da Reme cadastrados no Bolsa Família. Fonte: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=116291>, em 27.03.2020

² Para acatar com despesas, Prefeitura irá repassar R\$30 mil ao Asilo São José. Fonte: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=116359>, em 31.03.2020

ser realizada em ano eleitoral, faz-se imprescindível ao Ministério Público Eleitoral o acompanhamento da execução dessas medidas a fim de evitar o indevido proveito eleitoral e favorecimentos políticos.

CONSIDERANDO que, buscando zelar pela lisura de medidas adotadas pelos gestores municipais em face da situação de emergência em saúde pública em âmbitos internacional, nacional e estadual, declarada em 2020, é adequada ao Ministério Público Eleitoral a adoção de medidas que induzam a cautela para atos administrativos não venham a provocar desequilíbrio na isonomia entre os candidatos às Eleições municipais de 2020.

CONSIDERANDO que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmou a data de 4 de abril próximo como limite para a filiação partidária de pretensos candidatos às eleições municipais do corrente ano, e que em sessão de 19 de março de 2019, esclareceu que o calendário das eleições municipais está previsto na Lei das Eleições (9.504/1997), não tendo a Justiça Eleitoral competência para alterá-lo, inclusive no que diz respeito ao prazo para filiação partidária, visto que se trata de competência reservada ao Poder Legislativo;

CONSIDERANDO que neste ano de 2020 não podem ser criados programas sociais de auxílio à população, mas apenas mantidos os que já objeto de execução orçamentária desde pelo menos 2019;

CONSIDERANDO que a execução orçamentária em 2019 pressupõe previsão na respectiva LOA (lei do orçamento anual) votada e sancionada em 2018 ou em lei posterior de suplementação orçamentária e que esta última integra o orçamento anual desde que os novos recursos nela previstos resultem de anulação de rubricas ou excesso de arrecadação;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Eleitoral o acompanhamento da execução financeira e administrativa dos programas sociais mantidos em ano de eleição;

CONSIDERANDO, mais, que o art. 73, § 11, da Lei n. 9.504/97, veda, em ano de eleições, a execução de programas sociais governamentais por intermédio (mediante subvenção, termo de cooperação técnica, convênio, dentre outras formas) de entidades nominalmente vinculadas a candidatos ou por estes mantidas;

CONSIDERANDO, também, que o art. 73, IV, da mesma Lei n. 9.504/97, veda o uso promocional de programas sociais em favor de candidatos, partidos e coligações, alcançando neste caso também os programas criados em anos anteriores;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da lisura do pleito, prefere atuar preventivamente, contribuindo para que se evitem os atos viciosos das eleições – como os aqui indicados – e se produzam resultados eleitorais legítimos;

CONSIDERANDO que a recomendação do Ministério Público é instrumento de orientação que visa a antecipar-se ao cometimento do ilícito e a evitar a imposição de sanções, muitas vezes graves e com repercussões importantes na candidatura,

Recomenda ao sr. Prefeito Municipal de Corumbá e ao sr. Prefeito Municipal de Ladário e aos respectivos Gestores e Srs. Secretários Municipais,

1) Que não distribuam e nem permitam a distribuição, a quem quer que seja, pessoas físicas ou jurídicas, de bens, valores ou benefícios durante todo o ano de 2020, como doação de gêneros alimentícios, materiais de construção, passagens rodoviárias, quitação de contas de fornecimento de água e/ou energia elétrica, doação ou concessão de direito real de uso de imóveis para instalação de empresas, isenção total ou parcial de tributos, dentre outros, salvo se se encontrarem diante de alguma das hipóteses de exceção previstas no mencionado art. 73, § 10, da Lei das Eleições: calamidade, emergência e continuidade de programa social;

2) Que, havendo necessidade de socorrer a população em situações de calamidade e emergência, o façam com prévia fixação de critérios objetivos (quantidade de pessoas a serem beneficiadas, renda familiar de referência para a concessão do benefício, condições pessoais ou familiares para a concessão, dentre outros) e estrita observância da impessoalidade, neste caso enviando à Promotoria Eleitoral informação quanto ao fato ensejador da calamidade ou emergência, aos bens, valores ou benefícios que se pretende distribuir, o período da distribuição e as pessoas ou faixas sociais beneficiárias;

3) Que, havendo programas sociais em continuidade no ano de 2020, verifiquem se eles foram instituídos em lei (ou outro ato normativo), se estão em execução orçamentária desde pelo menos 2019, ou seja, se eles integraram a LOA aprovada em 2018 e executada em 2019, neste caso não permitindo alterações e incrementos substanciais que possam ser

entendidos como um novo programa social ou como incremento eleitoreiro;

4) Que suspendam o repasse de recursos materiais, financeiros ou humanos a entidades nominalmente vinculadas a candidatos, ou pré-candidatos, ou por eles mantidas, que executem programas de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios.

5) Que não permitam a continuidade de programas sociais da administração municipal que proporcionem, mesmo que dissimuladamente, a promoção de filiados, pré-candidatos e candidatos às eleições de 2020, valendo-se, p.ex., da afirmação de que o programa social é sua iniciativa, ou que sua continuidade depende do resultado da eleição, ou da entrega, junto ao benefício distribuído, de material de campanha ou de partido.

6) Que não permitam o uso dos programas sociais mantidos pela administração municipal para a promoção de candidatos, partidos e coligações, cuidando de orientar os servidores públicos incumbidos da sua execução quanto à vedação de qualquer propaganda ou enaltecimento de candidato, pré-candidato ou partido.

Lembra, por oportuno, que a inobservância das mencionadas vedações sujeita o infrator, agente público ou não, à pena pecuniária de 5.000 a 100.000 UFIR (R\$ 5.320,50 [cinco mil, trezentos e vinte reais e cinquenta centavos] a R\$ 106.410,00 [cento e seis mil, quatrocentos e dez reais]) e à cassação do registro ou do diploma do candidato beneficiado (art. 73, §§ 4º e 5º, da Lei n. 9.504/97), além da inelegibilidade decorrente do abuso de poder ou da conduta vedada (art. 1º, I, “d” e “j”, da LC n. 64/90).

Solicita, para efeito do acompanhamento a que se refere o art. 73, § 10, da Lei n. 9.504/97, informarem à Promotoria Eleitoral, em 15 (quinze) dias:

1) Os programas sociais mantidos em 2020, inclusive os que resultam de parceria financeira com os governos estadual e federal, neste caso informando:

- 1.1. Nome do programa;
- 1.2. Data da sua criação;
- 1.3. Instrumento normativo de sua criação;
- 1.4. Público alvo do programa;
- 1.5. Espécie de bens, valores ou benefícios distribuídos;
- 1.6. Por ano, quantas pessoas ou famílias vem sendo beneficiadas, desde a sua criação;
- 1.7. Rubrica orçamentária que sustenta o programa nos anos de 2019 e 2020.

2) Os programas sociais que estão sendo executados por entidades não governamentais com recursos públicos, informando:

- 2.1. Nome e endereço da entidade;
- 2.2. Nome do programa;
- 2.3. Data a partir da qual o Município passou a destinar recursos para a entidade;
- 2.4. Rubrica orçamentária que sustenta a destinação de recursos à entidade nos anos de 2019 e 2020;
- 2.5. Valor anualmente destinado à entidade, desde o início da parceria;
- 2.6. Público alvo do programa;
- 2.7. Número de pessoas/famílias beneficiadas pela entidade, anualmente, desde o início da parceria;
- 2.8. Espécie de bens, valores ou benefícios distribuídos;
- 2.9. Declaração de existência, ou não, de agente político ou pré-candidato vinculado nominalmente ou mantenedor da entidade.

Publique-se no DOMP e encaminhe-se cópia da presente recomendação aos MM. Juizes Titulares da 7ª e 50ª Zonas Eleitorais da Comarca de Corumbá, aos Excelentíssimos Senhores Prefeitos Municipais de Corumbá e Ladário, aos Senhores (as) Secretários(as) Municipais de Corumbá e Ladário, aos Presidentes das Câmaras Municipais de Corumbá e Ladário, aos Procuradores-Jurídicos Gerais dos Municípios de Corumbá e Ladário e ao Presidente da OAB desta seccional.

Corumbá, 1º de abril de 2020.

MARCOS MARTINS DE BRITO
Promotor Eleitoral/7ª Zona Eleitoral

LUCIANO BORDIGNON CONTE
Promotor Eleitoral/50ª Eleitoral

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

COXIM

EDITAL Nº 0001/2020/12 ZE/CXM

A 12ª Promotoria Eleitoral da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Procedimento Preparatório Eleitoral nº 06.2020.00000428-1, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, Coxim – MS. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório Eleitoral nº 06.2020.00000428-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Acompanhar a execução do orçamento de programas assistenciais durante o estado de calamidade decorrente da COVID-19, no município de Coxim.

Coxim/MS, 02 de abril de 2020.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

RECOMENDAÇÃO Nº 0001/2020/12 ZE/CXM

Nº SAJ/MP: 06.2020.00000428-1

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, por intermédio de seu representante infra-assinado, com atuação na 12ª Zona Eleitoral, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 e no artigo 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 79 da Lei Complementar Federal nº 75/1993, que dispõe sobre o Promotor Eleitoral, o qual será o membro do Ministério Público local que officie junto ao Juízo incumbido do serviço eleitoral de cada Zona Eleitoral;

CONSIDERANDO que a Portaria nº. 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, declarou Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) decorrente Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV), autorizado pelo Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 15.396, de 19 de março de 2020, do Poder Executivo do Estado do Mato Grosso do Sul, que declarou situação de emergência em saúde no âmbito estadual, dispondo sobre uma série de medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana provocada pelo novo coronavírus (COVID- 19), em atendimento à declaração pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, de pandemia de COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2);

CONSIDERANDO também o Decreto nº. 162, de 17 de março de 2020, do Poder Executivo do Município de Coxim, que declarou situação de emergência em saúde no âmbito municipal, dispondo sobre uma série de medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana provocada pelo novo coronavírus (COVID- 19), inclusive com a recomendação de restrição ao funcionamento de diversos estabelecimentos;

CONSIDERANDO que o art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97, proíbe que a administração pública faça, em ano de eleições, a distribuição gratuita bens, valores ou benefícios, excetuados os casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior;

Município. Dívida ativa. Ano das eleições. Benefício fiscal. Conduta vedada. Caracterização.

Decorre do § 10 do art. 73 da Lei nº 9.504/1997 que, no ano relativo ao pleito, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública. Ao administrador público somente é dado fazer o que é autorizado em lei, tendo em conta o princípio da legalidade estrita, enquanto o particular encontra obstáculo quando

existente disciplina proibitiva.

A interpretação teleológica do preceito revela a impossibilidade de a máquina administrativa ser manipulada com vistas a conquistar simpatizantes para determinada candidatura. De início, benefícios concernentes à dívida ativa do município não podem, ainda que previstos em lei, ser implementados no ano das eleições. O mesmo ocorre, no citado período, quanto à iniciativa de projeto de lei objetivando tal fim.

Sendo assim, a norma do § 10 do art. 73 da Lei nº 9.504/1997 é obstáculo a ter-se, no ano das eleições, o implemento de benefício fiscal referente à dívida ativa do município, bem como o encaminhamento de projeto de lei à Câmara de Vereadores, no aludido período, objetivando a previsão normativa voltada a favorecer inadimplentes.

Nesse entendimento, o Tribunal, por unanimidade, respondeu à consulta.

(TSE, Consulta nº 1531-69/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, em 20.9.2011)

CONSIDERANDO que os casos de calamidade pública e de estado de emergência, a autorizar a exceção permissiva da concessão do benefício, devem ser caracterizados por critérios objetivos e resultar de decisão expressa da autoridade competente;

CONSIDERANDO que neste ano de 2020 não podem ser criados programas sociais de auxílio à população, mas apenas mantidos os que já objeto de execução orçamentária desde pelo menos 2019;

CONSIDERANDO que a execução orçamentária em 2019 pressupõe previsão na respectiva LOA (lei do orçamento anual) votada e sancionada em 2018 ou em lei posterior de suplementação orçamentária e que esta última integra o orçamento anual desde que os novos recursos nela previstos resultem de anulação de rubricas ou excesso de arrecadação;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Eleitoral o acompanhamento da execução financeira e administrativa dos programas sociais mantidos em ano de eleição;

CONSIDERANDO, mais, que o art. 73, § 11, da Lei nº 9.504/97, veda, em ano de eleições, a execução de programas sociais governamentais por intermédio (mediante subvenção, termo de cooperação técnica, convênio, dentre outras formas) de entidades nominalmente vinculadas a candidatos ou por estes mantidas;

CONSIDERANDO, também, que o art. 73, IV, da mesma Lei nº 9.504/97, veda o uso promocional de programas sociais em favor de candidatos, partidos e coligações, alcançando neste caso também os programas criados em anos anteriores;

CONSIDERANDO a necessidade de zelar pela lisura de medidas adotadas pelos gestores municipais em face da situação de emergência em saúde pública em âmbitos internacional, nacional e estadual, declarada em 2020, é adequada ao Ministério Público Eleitoral a adoção de medidas que induzam a cautela para atos administrativos não venham a provocar desequilíbrio na isonomia entre os candidatos às Eleições municipais de 2020.

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da lisura do pleito, prefere atuar preventivamente, contribuindo para que se evitem os atos viciosos das eleições - como os aqui indicados - e se produzam resultados eleitorais legítimos;

CONSIDERANDO que a recomendação do Ministério Público é instrumento de orientação que visa a antecipar-se ao cometimento do ilícito e a evitar a imposição de sanções, muitas vezes graves e com repercussões importantes na candidatura,

Recomenda ao Sr. Prefeito Municipal e aos Srs. Secretários Municipais,

1) Que não distribuam e nem permitam a distribuição, a quem quer que seja, pessoas físicas ou jurídicas, de bens, valores ou benefícios durante todo o ano de 2020, como doação de gêneros alimentícios, materiais de construção, passagens rodoviárias, quitação de contas de fornecimento de água e/ou energia elétrica, doação ou concessão de direito real de uso de imóveis para instalação de empresas, isenção total ou parcial de tributos, dentre outros, salvo se se encontrarem diante de alguma das hipóteses de exceção previstas no mencionado art. 73, § 10, da Lei das Eleições: calamidade, emergência e continuidade de programa social;

2) Que, havendo necessidade de socorrer a população em situações de calamidade e emergência, o façam com

prévia fixação de critérios objetivos (quantidade de pessoas a serem beneficiadas, renda familiar de referência para a concessão do benefício, condições pessoais ou familiares para a concessão, dentre outros) e estrita observância da impessoalidade, neste caso enviando à Promotoria Eleitoral informação quanto ao fato ensejador da calamidade ou emergência, aos bens, valores ou benefícios que se pretende distribuir, o período da distribuição e as pessoas ou faixas sociais beneficiárias;

3) Que, havendo programas sociais em continuidade no ano de 2020, verifiquem se eles foram instituídos em lei (ou outro ato normativo), se estão em execução orçamentária desde pelo menos 2019, ou seja, se eles integraram a LOA aprovada em 2018 e executada em 2019, neste caso não permitindo alterações e incrementos substanciais que possam ser entendidos como um novo programa social ou como incremento eleitoral;

4) Que suspendam o repasse de recursos materiais, financeiros ou humanos a entidades nominalmente vinculadas a candidatos, ou pré-candidatos, ou por eles mantidas, que executem programas de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios;

5) Que não permitam a continuidade de programas sociais da administração municipal que proporcionem, mesmo que dissimuladamente, a promoção de filiados, pré-candidatos e candidatos às eleições de 2020, valendo-se, por exemplo, da afirmação de que o programa social é sua iniciativa, ou que sua continuidade depende do resultado da eleição, ou da entrega, junto ao benefício distribuído, de material de campanha ou de partido;

6) Que não permitam o uso dos programas sociais mantidos pela administração municipal para a promoção de candidatos, partidos e coligações, cuidando de orientar os servidores públicos incumbidos da sua execução quanto à vedação de qualquer propaganda ou enaltecimento de candidato, pré-candidato ou partido.

Recomenda ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que não dê prosseguimento e não coloque em votação no Plenário, no presente ano de 2020, projetos de lei que permitam a distribuição gratuita de bens, valores e benefícios a pessoas físicas ou jurídicas, ante a vedação da Lei nº 9.504/1997.

Lembra, por oportuno, que a inobservância das mencionadas vedações sujeita o infrator, agente público ou não, à pena pecuniária de 5.000 a 100.000 UFIR (R\$ 5.320,50 [cinco mil, trezentos e vinte reais e cinquenta centavos] a R\$ 106.410,00 [cento e seis mil, quatrocentos e dez reais]) e à cassação do registro ou do diploma do candidato beneficiado (art. 73, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.504/97), além da inelegibilidade decorrente do abuso de poder ou da conduta vedada (art. 1º, I, “d” e “j”, da LC n. 64/90).

Solicita, para efeito do acompanhamento a que se refere o art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97, informarem à Promotoria Eleitoral, em cinco dias:

1) Os programas sociais mantidos em 2020, inclusive os que resultam de parceria financeira com os governos estadual e federal, neste caso informando:

- 1.1. Nome do programa;
- 1.2. Data da sua criação;
- 1.3 Instrumento normativo de sua criação;
- 1.4. Público alvo do programa;
- 1.5. Espécie de bens, valores ou benefícios distribuídos;
- 1.6. Por ano, quantas pessoas ou famílias vem sendo beneficiadas, desde a sua criação;
- 1.7. Rubrica orçamentária que sustenta o programa nos anos de 2019 e 2020.

2) Os programas sociais que estão sendo executados por entidades não governamentais com recursos públicos, informando:

- 2.1. Nome e endereço da entidade;
- 2.2 Nome do programa;
- 2.3. Data a partir da qual o Município passou a destinar recursos para a entidade;
- 2.4. Rubrica orçamentária que sustenta a destinação de recursos à entidade nos anos de 2019 e 2020;
- 2.5. Valor anualmente destinado à entidade, desde o início da parceria;
- 2.6. Público alvo do programa;
- 2.7. Número de pessoas/famílias beneficiadas pela entidade, anualmente, desde o início da parceria;

2.8. Espécie de bens, valores ou benefícios distribuídos;

2.9. Declaração de existência, ou não, de agente político ou pré-candidato vinculado nominalmente ou mantenedor da entidade.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção à defesa do regime democrático e à lisura do pleito de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Encaminhe-se cópia da RECOMENDAÇÃO ao(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) Eleitoral da 12ª Zona Eleitoral e à Procuradoria Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, por meio de endereço eletrônico, para conhecimento.

Publique-se a presente Recomendação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

Decorrido o prazo de cinco dias, sem que as autoridades apresentem as informações solicitadas na presente RECOMENDAÇÃO, o serviço de apoio deverá certificar nos autos deste Procedimento Preparatório Eleitoral e fazer a conclusão.

Quanto à comunicação ao Centro de Apoio Operacional respectivo, consoante Resolução 14/2017-CPI, de 18 de dezembro de 2017 (art. 57, inciso VI), será realizada automaticamente, mediante geração de relatórios a partir da base de dados do sistema SAJ-MP.

Coxim-MS, 02 de abril de 2020

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO
Promotor Eleitoral

RECOMENDAÇÃO N.º 0002/2020/01PJ/CXM

Nº SAJ/MP: 09.2020.00001389-1

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Promotor de Justiça que esta subscreve, titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim-MS, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 e no artigo 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e da eficiência administrativa, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal – CF/1988, artigo 25, inciso IV, alínea “a” e “b”, da Lei nº 8.625/93, e artigo 26, IV, alíneas “a” e “b” da Lei Complementar Estadual nº 75/1994;

CONSIDERANDO que os agentes públicos devem obrigatoriamente velar pela observância dos princípios constitucionais regentes da Administração Pública esculpidos no artigo 37 da CF/1988, quais sejam a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência;

CONSIDERANDO que a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis é função institucional do Ministério Público, bem como a promoção de inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 127, caput, e 129, inciso III, da CF/1988);

CONSIDERANDO que o artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 e no artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/94 preveem, dentre as atribuições do Ministério Público, expedir recomendações

visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover; fixando prazo razoável para a adoção de providências cabíveis;

CONSIDERANDO que as recomendações podem ser expedidas no âmbito de inquérito civil, procedimento preparatório ou procedimento administrativo, conforme os artigos 44 e 45 da Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro 2007 e artigo 4º, I da Resolução nº 005/2012-CPJ, de 13 de setembro de 2012 do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que, em caso de em situações de violação às normas jurídicas por pessoas físicas ou jurídicas, incumbe ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou de Município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem (art. 25, IV, “b”, Lei 8.625/93).

CONSIDERANDO que atos que gerem enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário ou que violem os princípios da Administração Pública podem configurar atos de improbidade administrativa, sujeitando o responsável às sanções impostas pela Lei 8.429/92;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde – OMS, aos 30 de janeiro de 2020 declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e, aos 11 de março de 2020, declarou a pandemia do Novo Coronavírus – Covid-19, e a Permanência da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII;

CONSIDERANDO que o Ministro de Estado da Saúde, por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional no âmbito da República Federativa do Brasil, nos termos do Decreto 7.616/2011;

CONSIDERANDO que o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020, e do Decreto 15.396/2020 de 19 de março de 2020, declarou Situação de Emergência na Saúde Pública no Estado de Mato Grosso do Sul em função da infecção humana pelo Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO a necessidade de observância, pelos Municípios, do que estabelece a Lei Federal nº 13.979/2020 que dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, declarada pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria 188 de 03/02/2020;

CONSIDERANDO que, uma vez declarada a situação de emergência/calamidade pública, necessária a elaboração, pelo Município, de um plano de contingência, com a previsão de ações conforme os níveis de resposta, indispensável ao balizamento da necessidade e adequação das ações empreendidas, dentre elas as contratações diretas, por dispensa de licitação, fundadas no artigo 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F, 4º-G, 4º-H e 4º-I da Lei 13.979/2020, alterada pela MP 926/2020, em observância ao dever de transparência, eficiência e moralidade administrativa, nos termos do artigo 37 da CF;

CONSIDERANDO que a contratação de bens, obras ou serviços pela Administração Pública deve ser, em regra, precedida de licitação, conforme exigência da Constituição Federal (art. 37, XXI) e Lei 8.666/93, como medida de legalidade, impessoalidade, isonomia, eficiência e moralidade;

CONSIDERANDO que a contratação sem realização de licitação somente é admitida nas estritas hipóteses previstas em lei, de modo que os casos de dispensa de licitação, previstos no artigo 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F, 4º-G, 4º-H e 4º-I são, por sua natureza, excepcionais e taxativos;

CONSIDERANDO que a dispensa de licitação autorizada pelo artigo 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F, 4º-G, 4º-H e 4º-I da Lei 13.979/2020 é temporária e aplica-se apenas para a aquisição de bens, serviços (inclusive de engenharia) e insumos destinados ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e Nacional decorrente do Coronavírus – Covid19;

CONSIDERANDO que a falta de verificação da relação de causalidade da contratação com a finalidade estabelecida em lei configura dispensa indevida da licitação, gera a nulidade do contrato administrativo correspondente (artigo 49, par. 2º da Lei 8.666/93), bem como responsabilidade criminal (artigo 89) e por ato de improbidade do gestor,

seja pelo dano presumido ao erário público, seja pela violação dos princípios da Administração Pública (Lei 8.429/92);

CONSIDERANDO que o regime especial de contratação definido na Lei 13.979/2020, em especial a presunção juris tantum estabelecida no artigo 4º-B, restrita à existência da emergência (incisos I, II e III) e à limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da emergência (inciso IV), não dispensa o gestor de, em processo administrativo de dispensa de licitação regularmente instaurado, demonstrar (i) a existência de uma necessidade pública para combate e tratamento da pandemia; (ii) a correlação lógica entre a causa (a necessidade pública) e a consequência fático-jurídico a ser obtida pela contratação (o enfrentamento à pandemia); e (iii) a proporcionalidade da medida;

CONSIDERANDO que, apesar de a Lei 13.979/2020 estabelecer regras diferenciadas para a contratação emergencial para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, declarada por meio da Portaria 188/MS, inclusive com a dispensa de estudos preliminares, quando se cuidar de contratação de bens e serviços comuns, o processo de contratação por dispensa de licitação, baseado no artigo 4º e seguintes da referida lei, deve conter termo de referência e projeto básico simplificados, para identificação do objeto, fundamentação da contratação, estabelecimento de critérios de medição e pagamento, e estimativa de preços e adequação orçamentária, nos termos do artigo 4º-E da Lei 13.979/2020;

CONSIDERANDO que a Lei 13.979/2020 dispensa, excepcionalmente e mediante decisão fundamentada, a realização de estimativa de preços e permite, também, que a contratação seja efetuada por preço superior ao estimado, em razão das oscilações ocasionadas pela variação de preços, também de forma fundamentada, conforme artigo 4º-E, §§ 2º e 3º;

CONSIDERANDO que nas contratações regidas pela Lei 13.979/2020, poderá o gestor, também excepcionalmente e de forma fundamentada, celebrar contrato com empresa com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se cuidar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido;

CONSIDERANDO que, nos termos da Lei 13.979/2020, quando houver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, excepcionalmente e de forma fundamentada, poderão ser dispensadas, para a contratação, a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

CONSIDERANDO que a Lei 13.979/2020, em seu artigo 4º-H, estabelece que os contratos regidos por essa Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO que, apesar de a lei autorizar as contratações por dispensa de licitação, para a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata a Lei 13.979/2020, não afastou a possibilidade de realização da licitação, prevendo, inclusive, a redução dos prazos, pela metade, para a modalidade pregão, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata a referida lei (artigo 4º-G da Lei 13.979/2020);

CONSIDERANDO que, para a garantia do princípio da publicidade, da moralidade e da eficiência administrativa, a Lei 13.979/2020 impõe a todo gestor, independentemente do número de habitantes do Município, o dever de publicar em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), todas as informações previstas no § 3º do artigo 8º da Lei 12.527 – Lei de Acesso à Informação, além do nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual o valor e respectivo processo de contratação, afastando, assim, às contratações realizadas com base na Lei 13.979/2020, o disposto no artigo 8º, § 4º, da Lei 12.257/2011;

CONSIDERANDO que o regime especial de contratações disciplinado pela Lei 13.979/2020 não se aplica a toda e qualquer contratação que seja realizada durante o período da emergência de que trata a lei, mas apenas àquelas que se destinem ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, razão por que para as contratações que não se destinem a essa finalidade deverão ser observadas as disposições da Lei 8.666/93;

CONSIDERANDO que o regime especial de contratação definido na Lei 13.979/2020 decorre de uma

ponderação de interesses feita pelo próprio legislador diante do conflito de bens e direitos constitucionalmente protegidos, quais sejam os princípios regentes da atividade administrativa e direitos fundamentais como a vida e a saúde, e, na sua interpretação, deve-se buscar a maximização dos direitos e bens contrapostos, a fim de garantir-lhes máxima efetividade, evitando-se a nulificação dos bens e direitos em conflito;

CONSIDERANDO que a motivação dos atos administrativos é princípio da Administração Pública, extraível do artigo 93, inciso IX, da CF, e constitui garantia não somente do jurisdicionado, para o controle social das decisões administrativas, mas do próprio gestor, acerca da legitimidade de sua atuação

RESOLVE

RECOMENDAR ao Senhor Prefeito, Secretário de Saúde e Secretário de Administração do Município de Coxim, cada um no âmbito de suas competências:

a) a elaboração, pelo Município (caso ainda não o tenha feito), de um plano de contingência, com a previsão de ações conforme os níveis de resposta, indispensável ao balizamento da necessidade e adequação das ações empreendidas, dentre elas as contratações diretas, fundadas no artigo 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F, 4º-G, 4º-H e 4º-I da Lei 13.979/2020, e à fundamentação das decisões tomadas;

b) que nas contratações realizadas para o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional decorrente do Coronavírus Covid-19 sejam instaurados processos formais de contratação;

c) que nas contratações realizadas para o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional decorrente do Coronavírus Covid-19 seja priorizado o sistema de regime de preços, se cabível, inclusive observando a viabilidade de adesão às atas de outros entes;

d) diante da impossibilidade de contratação por sistema de registro de preços seja devidamente justificada a decisão pela dispensa de licitação, conforme autorizado no artigo 4º da Lei 13.979/2020, com a demonstração de que a contratação pretendida revela-se necessária, adequada e proporcional ao atendimento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional decorrente do Coronavírus Covid-19, a qual, nos termos do artigo 4º-B da Lei 13.979/2020, é, presumida, sob pena de nulidade do contrato administrativo correspondente (artigo 49, par. 2º da Lei 8.666/93), por caracterizar dispensa indevida da licitação e de responsabilidade criminal (artigo 89) e por ato de improbidade do gestor, seja pelo dano presumido ao erário público, seja pela violação dos princípios da Administração Pública (Lei 8.429/92);

e) seja justificada, em decisão fundamentada, a partir de critérios de proporcionalidade (necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito) a não opção pela licitação por pregão – artigo 4º-G da Lei 13.979/2020, com prazos reduzidos quando se cuidar de aquisição de bens e serviços comuns necessários ao enfrentamento da emergência de que trata a Lei 13.979/2020, conforme previsto no artigo 4º-G da Lei 13.979/2020;

f) que, nos processos de dispensa de licitação para a contratação de insumos, bens e serviços destinados ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, sejam elaborados termos de referência e projetos básicos simplificados, indispensáveis para a identificação do objeto a ser contratado, sua necessidade, adequação e proporcionalidade ao atendimento da emergência declarada, o estabelecimento de critérios de medição e pagamento, estimativa de preços e adequação orçamentária, nos termos do artigo 4º-E da Lei 13.979/2020;

g) que na excepcional hipótese de ser dispensada a realização de estimativa de preço, nos termos do artigo 4º-E, § 2º, da Lei 13.979/2020 ou de contratação efetuada por preço superior ao estimado, em razão das oscilações ocasionadas pela variação de preços (artigo 4º-E, § 3º, da Lei 13.979/2020), as decisões sejam pautadas no princípio da proporcionalidade (necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito) e sejam devidamente fundamentada nos autos, adotando, em caso de abusividade no aumento de preços, as medidas necessárias para a intervenção imediata dos órgãos de defesa do consumidor;

h) na hipótese de a abusividade dos preços inviabilizar a própria contratação pela Administração, especialmente por questões orçamentárias e, em consequência, o atendimento da situação de emergência, avaliar, também a partir de critérios de proporcionalidade (necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito), a possibilidade de requisição, mediante justa indenização, nos termos do artigo 5º, inciso XXV, da CF, artigo 15, inciso XIII, da Lei 8.080/90, artigo 3º, inciso VII, § 7º, inciso III, da Lei 13.979/2020 e artigo 3º, inciso III, § 3º, inciso II, da Lei 13.874/2019;

i) que a decisão de contratar empresa com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso somente se dê na hipótese expressamente prevista em lei, qual seja quando se cuidar, comprovadamente, de única fornecedora (embora não exclusiva) do bem ou serviço a ser adquirido, em razão de circunstâncias fáticas existentes no momento da contratação, de forma fundamentada, adotando as medidas de cautela que foram necessárias para garantir o efetivo cumprimento do contrato;

j) que a dispensa de apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o

cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação somente seja adotada diante de situação de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço que esteja a comprometer o atendimento da situação de emergência, a partir de critérios de proporcionalidade, devidamente fundamentada, com adoção, pelo gestor, das providências necessárias a garantir o cumprimento do contrato;

k) que, embora a emergência seja presumida por lei, da mesma forma que na celebração do contrato, necessário seja devidamente fundamentada cada prorrogação, a partir da necessidade, da adequação e da proporcionalidade da prorrogação da contratação ao fim de enfrentamento da Emergência de Saúde de Importância Nacional;

l) sejam publicadas, em sítio oficial específico (a ser criado, caso inexistente) na rede mundial de computadores (internet), para a garantia do princípio da publicidade, da moralidade e da eficiência administrativa, todas as informações previstas no § 3º do artigo 8º da Lei 12.527 – Lei de Acesso à Informação, além do nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual o valor e respectivo processo de contratação, independentemente do número de habitantes do Município, haja vista que a Lei 13.979/2020 não estendeu às contratações por ela disciplinadas, a exceção prevista no 8º, § 4º da Lei 12.257/2011 – Lei de Acesso à Informação;

m) que se abstenham de utilizar o regime especial de contratações estabelecido na Lei 13.979/2020 para as contratações que não se destinem ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, observando-se as disposições da Lei 8.666/93.

No prazo de 48 (quarenta e oito) horas, nos termos do artigo 8º, inciso IV e § 5º da LC 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União - c/c artigo 80 da Lei 8.625/93 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público - e art. 27, II e art. 232 da LC Estadual 72/94 - Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, deverão ser encaminhadas, por escrito, a este órgão ministerial, informações acerca das providências adotadas para o cumprimento da presente recomendação, acompanhadas dos documentos necessários à sua comprovação.

Ressalta-se que a inobservância da presente Recomendação acarretará a adoção de todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

Coxim-MS, 1º de abril de 2020

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO
Promotor de Justiça

RECOMENDAÇÃO N.º 0003/2020/01PJ/CXM

Nº SAJ/MP: 09.2020.00001389-1

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Promotor de Justiça que esta subscreve, titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 e no artigo 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e da eficiência administrativa, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal – CF/1988, artigo 25, inciso IV, alínea “a” e “b”, da Lei n.º 8.625/93, e artigo 26, IV, alíneas “a” e “b” da Lei Complementar Estadual nº 75/1994;

CONSIDERANDO que os agentes públicos devem obrigatoriamente velar pela observância dos princípios constitucionais regentes da Administração Pública esculpidos no artigo 37 da CF/1988, quais sejam a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência;

CONSIDERANDO que a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis é função institucional do Ministério Público, bem como a promoção de inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 127, caput, e 129, inciso III, da CF/1988);

CONSIDERANDO que o artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 e no artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/94 preveem, dentre as atribuições do Ministério Público, expedir recomendações

visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover; fixando prazo razoável para a adoção de providências cabíveis;

CONSIDERANDO que as recomendações podem ser expedidas no âmbito de inquérito civil, procedimento preparatório ou procedimento administrativo, conforme os artigos 44 e 45 da Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro 2007 e artigo 4º, I da Resolução nº 005/2012-CPJ, de 13 de setembro de 2012 do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que, em caso de em situações de violação às normas jurídicas por pessoas físicas ou jurídicas, incumbe ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou de Município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem (art. 25, IV, “b”, Lei 8.625/93).

CONSIDERANDO que atos que gerem enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário ou que violem os princípios da Administração Pública podem configurar atos de improbidade administrativa, sujeitando o responsável às sanções impostas pela Lei 8.429/92;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde – OMS, aos 30 de janeiro de 2020 declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e, aos 11 de março de 2020, declarou a pandemia do Novo Coronavírus – Covid-19, e a Permanência da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII;

CONSIDERANDO que o Ministro de Estado da Saúde, por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional no âmbito da República Federativa do Brasil, nos termos do Decreto 7.616/2011;

CONSIDERANDO que o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020, e do Decreto 15.396/2020 de 19 de março de 2020, declarou Situação de Emergência na Saúde Pública no Estado de Mato Grosso do Sul em função da infecção humana pelo Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO a necessidade de observância, pelos Municípios, do que estabelece a Lei Federal nº 13.979/2020 que dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, declarada pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria 188 de 03/02/2020;

CONSIDERANDO que, uma vez declarada a situação de emergência/calamidade pública, necessária a elaboração, pelo Município, de um plano de contingência, com a previsão de ações conforme os níveis de resposta, indispensável ao balizamento da necessidade e adequação das ações empreendidas, dentre elas as contratações diretas, por dispensa de licitação, fundadas no artigo 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F, 4º-G, 4º-H e 4º-I da Lei 13.979/2020, alterada pela MP 926/2020, em observância ao dever de transparência, eficiência e moralidade administrativa, nos termos do artigo 37 da CF;

CONSIDERANDO que a contratação de bens, obras ou serviços pela Administração Pública deve ser, em regra, precedida de licitação, conforme exigência da Constituição Federal (art. 37, XXI) e Lei 8.666/93, como medida de legalidade, impessoalidade, isonomia, eficiência e moralidade;

CONSIDERANDO que a contratação sem realização de licitação somente é admitida nas estritas hipóteses previstas em lei, de modo que os casos de dispensa de licitação, previstos no artigo 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F, 4º-G, 4º-H e 4º-I são, por sua natureza, excepcionais e taxativos;

CONSIDERANDO que a dispensa de licitação autorizada pelo artigo 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F, 4º-G, 4º-H e 4º-I da Lei 13.979/2020 é temporária e aplica-se apenas para a aquisição de bens, serviços (inclusive de engenharia) e insumos destinados ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e Nacional decorrente do Coronavírus – Covid19;

CONSIDERANDO que a falta de verificação da relação de causalidade da contratação com a finalidade estabelecida em lei configura dispensa indevida da licitação, gera a nulidade do contrato administrativo correspondente (artigo 49, par. 2º da Lei 8.666/93), bem como responsabilidade criminal (artigo 89) e por ato de improbidade do gestor,

seja pelo dano presumido ao erário público, seja pela violação dos princípios da Administração Pública (Lei 8.429/92);

CONSIDERANDO que o regime especial de contratação definido na Lei 13.979/2020, em especial a presunção juris tantum estabelecida no artigo 4º-B, restrita à existência da emergência (incisos I, II e III) e à limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da emergência (inciso IV), não dispensa o gestor de, em processo administrativo de dispensa de licitação regularmente instaurado, demonstrar (i) a existência de uma necessidade pública para combate e tratamento da pandemia; (ii) a correlação lógica entre a causa (a necessidade pública) e a consequência fático-jurídico a ser obtida pela contratação (o enfrentamento à pandemia); e (iii) a proporcionalidade da medida;

CONSIDERANDO que, apesar de a Lei 13.979/2020 estabelecer regras diferenciadas para a contratação emergencial para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, declarada por meio da Portaria 188/MS, inclusive com a dispensa de estudos preliminares, quando se cuidar de contratação de bens e serviços comuns, o processo de contratação por dispensa de licitação, baseado no artigo 4º e seguintes da referida lei, deve conter termo de referência e projeto básico simplificados, para identificação do objeto, fundamentação da contratação, estabelecimento de critérios de medição e pagamento, e estimativa de preços e adequação orçamentária, nos termos do artigo 4º-E da Lei 13.979/2020;

CONSIDERANDO que a Lei 13.979/2020 dispensa, excepcionalmente e mediante decisão fundamentada, a realização de estimativa de preços e permite, também, que a contratação seja efetuada por preço superior ao estimado, em razão das oscilações ocasionadas pela variação de preços, também de forma fundamentada, conforme artigo 4º-E, §§ 2º e 3º;

CONSIDERANDO que nas contratações regidas pela Lei 13.979/2020, poderá o gestor, também excepcionalmente e de forma fundamentada, celebrar contrato com empresa com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se cuidar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido;

CONSIDERANDO que, nos termos da Lei 13.979/2020, quando houver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, excepcionalmente e de forma fundamentada, poderão ser dispensadas, para a contratação, a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

CONSIDERANDO que a Lei 13.979/2020, em seu artigo 4º-H, estabelece que os contratos regidos por essa Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO que, apesar de a lei autorizar as contratações por dispensa de licitação, para a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata a Lei 13.979/2020, não afastou a possibilidade de realização da licitação, prevendo, inclusive, a redução dos prazos, pela metade, para a modalidade pregão, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata a referida lei (artigo 4º-G da Lei 13.979/2020);

CONSIDERANDO que, para a garantia do princípio da publicidade, da moralidade e da eficiência administrativa, a Lei 13.979/2020 impõe a todo gestor, independentemente do número de habitantes do Município, o dever de publicar em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), todas as informações previstas no § 3º do artigo 8º da Lei 12.527 – Lei de Acesso à Informação, além do nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual o valor e respectivo processo de contratação, afastando, assim, às contratações realizadas com base na Lei 13.979/2020, o disposto no artigo 8º, § 4º, da Lei 12.257/2011;

CONSIDERANDO que o regime especial de contratações disciplinado pela Lei 13.979/2020 não se aplica a toda e qualquer contratação que seja realizada durante o período da emergência de que trata a lei, mas apenas àquelas que se destinem ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, razão por que para as contratações que não se destinem a essa finalidade deverão ser observadas as disposições da Lei 8.666/93;

CONSIDERANDO que o regime especial de contratação definido na Lei 13.979/2020 decorre de uma

ponderação de interesses feita pelo próprio legislador diante do conflito de bens e direitos constitucionalmente protegidos, quais sejam os princípios regentes da atividade administrativa e direitos fundamentais como a vida e a saúde, e, na sua interpretação, deve-se buscar a maximização dos direitos e bens contrapostos, a fim de garantir-lhes máxima efetividade, evitando-se a nulificação dos bens e direitos em conflito;

CONSIDERANDO que a motivação dos atos administrativos é princípio da Administração Pública, extraível do artigo 93, inciso IX, da CF, e constitui garantia não somente do jurisdicionado, para o controle social das decisões administrativas, mas do próprio gestor, acerca da legitimidade de sua atuação

RESOLVE

RECOMENDAR ao Senhor Prefeito, Secretário de Saúde e Secretário de Administração do Município de Alcinópolis, cada um no âmbito de suas competências:

a) a elaboração, pelo Município (caso ainda não o tenha feito), de um plano de contingência, com a previsão de ações conforme os níveis de resposta, indispensável ao balizamento da necessidade e adequação das ações empreendidas, dentre elas as contratações diretas, fundadas no artigo 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F, 4º-G, 4º-H e 4º-I da Lei 13.979/2020, e à fundamentação das decisões tomadas;

b) que nas contratações realizadas para o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional decorrente do Coronavírus Covid-19 sejam instaurados processos formais de contratação;

c) que nas contratações realizadas para o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional decorrente do Coronavírus Covid-19 seja priorizado o sistema de regime de preços, se cabível, inclusive observando a viabilidade de adesão às atas de outros entes;

d) diante da impossibilidade de contratação por sistema de registro de preços seja devidamente justificada a decisão pela dispensa de licitação, conforme autorizado no artigo 4º da Lei 13.979/2020, com a demonstração de que a contratação pretendida revela-se necessária, adequada e proporcional ao atendimento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional decorrente do Coronavírus Covid-19, a qual, nos termos do artigo 4º-B da Lei 13.979/2020, é, presumida, sob pena de nulidade do contrato administrativo correspondente (artigo 49, par. 2º da Lei 8.666/93), por caracterizar dispensa indevida da licitação e de responsabilidade criminal (artigo 89) e por ato de improbidade do gestor, seja pelo dano presumido ao erário público, seja pela violação dos princípios da Administração Pública (Lei 8.429/92);

e) seja justificada, em decisão fundamentada, a partir de critérios de proporcionalidade (necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito) a não opção pela licitação por pregão – artigo 4º-G da Lei 13.979/2020, com prazos reduzidos quando se cuidar de aquisição de bens e serviços comuns necessários ao enfrentamento da emergência de que trata a Lei 13.979/2020, conforme previsto no artigo 4º-G da Lei 13.979/2020;

f) que, nos processos de dispensa de licitação para a contratação de insumos, bens e serviços destinados ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, sejam elaborados termos de referência e projetos básicos simplificados, indispensáveis para a identificação do objeto a ser contratado, sua necessidade, adequação e proporcionalidade ao atendimento da emergência declarada, o estabelecimento de critérios de medição e pagamento, estimativa de preços e adequação orçamentária, nos termos do artigo 4º-E da Lei 13.979/2020;

g) que na excepcional hipótese de ser dispensada a realização de estimativa de preço, nos termos do artigo 4º-E, § 2º, da Lei 13.979/2020 ou de contratação efetuada por preço superior ao estimado, em razão das oscilações ocasionadas pela variação de preços (artigo 4º-E, § 3º, da Lei 13.979/2020), as decisões sejam pautadas no princípio da proporcionalidade (necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito) e sejam devidamente fundamentada nos autos, adotando, em caso de abusividade no aumento de preços, as medidas necessárias para a intervenção imediata dos órgãos de defesa do consumidor;

h) na hipótese de a abusividade dos preços inviabilizar a própria contratação pela Administração, especialmente por questões orçamentárias e, em consequência, o atendimento da situação de emergência, avaliar, também a partir de critérios de proporcionalidade (necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito), a possibilidade de requisição, mediante justa indenização, nos termos do artigo 5º, inciso XXV, da CF, artigo 15, inciso XIII, da Lei 8.080/90, artigo 3º, inciso VII, § 7º, inciso III, da Lei 13.979/2020 e artigo 3º, inciso III, § 3º, inciso II, da Lei 13.874/2019;

i) que a decisão de contratar empresa com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso somente se dê na hipótese expressamente prevista em lei, qual seja quando se cuidar, comprovadamente, de única fornecedora (embora não exclusiva) do bem ou serviço a ser adquirido, em razão de circunstâncias fáticas existentes no momento da contratação, de forma fundamentada, adotando as medidas de cautela que foram necessárias para garantir o efetivo cumprimento do contrato;

j) que a dispensa de apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o

cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação somente seja adotada diante de situação de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço que esteja a comprometer o atendimento da situação de emergência, a partir de critérios de proporcionalidade, devidamente fundamentada, com adoção, pelo gestor, das providências necessárias a garantir o cumprimento do contrato;

k) que, embora a emergência seja presumida por lei, da mesma forma que na celebração do contrato, necessário seja devidamente fundamentada cada prorrogação, a partir da necessidade, da adequação e da proporcionalidade da prorrogação da contratação ao fim de enfrentamento da Emergência de Saúde de Importância Nacional;

l) sejam publicadas, em sítio oficial específico (a ser criado, caso inexistente) na rede mundial de computadores (internet), para a garantia do princípio da publicidade, da moralidade e da eficiência administrativa, todas as informações previstas no § 3º do artigo 8º da Lei 12.527 – Lei de Acesso à Informação, além do nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual o valor e respectivo processo de contratação, independentemente do número de habitantes do Município, haja vista que a Lei 13.979/2020 não estendeu às contratações por ela disciplinadas, a exceção prevista no 8º, § 4º da Lei 12.257/2011 – Lei de Acesso à Informação;

m) que se abstenham de utilizar o regime especial de contratações estabelecido na Lei 13.979/2020 para as contratações que não se destinem ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, observando-se as disposições da Lei 8.666/93.

No prazo de 48 (quarenta e oito) horas, nos termos do artigo 8º, inciso IV e § 5º da LC 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União - c/c artigo 80 da Lei 8.625/93 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público - e art. 27, II e art. 232 da LC Estadual 72/94 - Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, deverão ser encaminhadas, por escrito, a este órgão ministerial, informações acerca das providências adotadas para o cumprimento da presente recomendação, acompanhadas dos documentos necessários à sua comprovação.

Ressalta-se que a inobservância da presente Recomendação acarretará a adoção de todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

Coxim-MS, 02 de abril de 2020

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0020/2020/01PJ/CXM

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2020.00001389-1, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, Coxim - MS.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2020.00001389-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Coxim e Município de Alcinópolis

Assunto: Fiscalizar a legalidade das ações administrativas realizadas para o enfrentamento da situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, já reconhecida em âmbito federal e estadual, em razão da pandemia pelo Coronavírus – Covid-19, pelos Municípios de Coxim e Alcinópolis.

Coxim/MS, 02 de abril de 2020.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO
Promotor de Justiça

MUNDO NOVO

RECOMENDAÇÃO N. 01/2020

Ref. Procedimento Administrativo n. 09.2020.00001395-8

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotora de Justiça que esta subscreve, titular da 1.^a Promotoria de Justiça da Comarca de Mundo Novo-MS, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 e no artigo 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 72/1994;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e da eficiência administrativa, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal – CF/1988, artigo 25, inciso IV, alínea “a” e “b”, da Lei nº 8.625/93, e artigo 26, IV, alíneas “a” e “b” da Lei Complementar Estadual nº 75/1994;

CONSIDERANDO que os agentes públicos devem obrigatoriamente velar pela observância dos princípios constitucionais regentes da Administração Pública esculpido no artigo 37 da CF/1988, quais sejam a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência;

CONSIDERANDO que a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis é função institucional do Ministério Público, bem como a promoção de inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 127, caput, e 129, inciso III, da CF/1988);

CONSIDERANDO que o artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 e no artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/94 preveem, dentre as atribuições do Ministério Público, expedir recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover; fixando prazo razoável para a adoção de providências cabíveis;

CONSIDERANDO que as recomendações podem ser expedidas no âmbito de inquérito civil, procedimento preparatório ou procedimento administrativo, conforme os artigos 44 e 45 da Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro 2007 e artigo 4º, I da Resolução nº 005/2012-CPJ, de 13 de setembro de 2012 do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que, em caso de em situações de violação às normas jurídicas por pessoas físicas ou jurídicas, incumbe ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou de Município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem (art. 25, IV, “b”, Lei 8.625/93).

CONSIDERANDO que atos que gerem enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário ou que violem os princípios da Administração Pública podem configurar atos de improbidade administrativa, sujeitando o responsável às sanções impostas pela Lei 8.429/92;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde – OMS, aos 30 de janeiro de 2020 declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e, aos 11 de março de 2020, declarou a pandemia do Novo Coronavírus – Covid-19, e a Permanência da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII;

CONSIDERANDO que o Ministro de Estado da Saúde, por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional no âmbito da República Federativa do Brasil, nos termos do Decreto 7.616/2011;

CONSIDERANDO que o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020, e do Decreto 15.396/2020 de 19 de março de 2020, declarou Situação de Emergência na Saúde Pública no Estado de Mato Grosso do Sul em função da infecção humana pelo Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO a necessidade de observância, pelos Municípios, do que estabelece a Lei Federal nº 13.979/2020 que dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, declarada pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria 188 de 03/02/2020;

CONSIDERANDO que, uma vez declarada a situação de emergência/calamidade pública, necessária a elaboração, pelo Município, de um plano de contingência, com a previsão de ações conforme os níveis de resposta, indispensável ao balizamento da necessidade e adequação das ações empreendidas, dentre elas as contratações diretas, por dispensa de licitação, fundadas no artigo 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F, 4º-G, 4º-H e 4º-I da Lei 13.979/2020, alterada pela MP 926/2020, em observância ao dever de transparência, eficiência e moralidade administrativa, nos termos do artigo 37 da CF;

CONSIDERANDO que a contratação de bens, obras ou serviços pela Administração Pública deve ser, em regra, precedida de licitação, conforme exigência da Constituição Federal (art. 37, XXI) e Lei 8.666/93, como medida de legalidade, impessoalidade, isonomia, eficiência e moralidade;

CONSIDERANDO que a contratação sem realização de licitação somente é admitida nas estritas hipóteses previstas em lei, de modo que os casos de dispensa de licitação, previstos no artigo 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F, 4º-G, 4º-H e 4º-I são, por sua natureza, excepcionais e taxativos;

CONSIDERANDO que a dispensa de licitação autorizada pelo artigo 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F, 4º-G, 4º-H e 4º-I da Lei 13.979/2020 é temporária e aplica-se apenas para a aquisição de bens, serviços (inclusive de engenharia) e insumos destinados ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e Nacional decorrente do Coronavírus – Covid19;

CONSIDERANDO que a falta de verificação da relação de causalidade da contratação com a finalidade estabelecida em lei configura dispensa indevida da licitação, gera a nulidade do contrato administrativo correspondente (artigo 49, par. 2º da Lei 8.666/93), bem como responsabilidade criminal (artigo 89) e por ato de improbidade do gestor, seja pelo dano presumido ao erário público, seja pela violação dos princípios da Administração Pública (Lei 8.429/92);

CONSIDERANDO que o regime especial de contratação definido na Lei 13.979/2020, em especial a presunção juris tantum estabelecida no artigo 4º-B, restrita à existência da emergência (incisos I, II e III) e à limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da emergência (inciso IV), não dispensa o gestor de, em processo administrativo de dispensa de licitação regularmente instaurado, demonstrar (i) a existência de uma necessidade pública para combate e tratamento da pandemia; (ii) a correlação lógica entre a causa (a necessidade pública) e a consequência fático-jurídico a ser obtida pela contratação (o enfrentamento à pandemia); e (iii) a proporcionalidade da medida;

CONSIDERANDO que, apesar de a Lei 13.979/2020 estabelecer regras diferenciadas para a contratação emergencial para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, declarada por meio da Portaria 188/MS, inclusive com a dispensa de estudos preliminares, quando se cuidar de contratação de bens e serviços comuns, o processo de contratação por dispensa de licitação, baseado no artigo 4º e seguintes da referida lei, deve conter termo de referência e projeto básico simplificados, para identificação do objeto, fundamentação da contratação, estabelecimento de critérios de medição e pagamento, e estimativa de preços e adequação orçamentária, nos termos do artigo 4º-E da Lei 13.979/2020;

CONSIDERANDO que a Lei 13.979/2020 dispensa, excepcionalmente e mediante decisão fundamentada, a realização de estimativa de preços e permite, também, que a contratação seja efetuada por preço superior ao estimado, em razão das oscilações ocasionadas pela variação de preços, também de forma fundamentada, conforme artigo 4º-E, §§ 2º e 3º;

CONSIDERANDO que nas contratações regidas pela Lei 13.979/2020, poderá o gestor, também excepcionalmente e de forma fundamentada, celebrar contrato com empresa com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se cuidar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido;

CONSIDERANDO que, nos termos da Lei 13.979/2020, quando houver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, excepcionalmente e de forma fundamentada, poderão ser dispensadas, para a contratação, a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

CONSIDERANDO que a Lei 13.979/2020, em seu artigo 4º-H, estabelece que os contratos regidos por essa Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO que, apesar de a lei autorizar as contratações por dispensa de licitação, para a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata a Lei 13.979/2020, não afastou a possibilidade de realização da licitação, prevendo, inclusive, a redução dos prazos, pela metade, para a modalidade pregão, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata a referida lei (artigo 4º-G da Lei 13.979/2020);

CONSIDERANDO que, para a garantia do princípio da publicidade, da moralidade e da eficiência administrativa, a Lei 13.979/2020 impõe a todo gestor, independentemente do número de habitantes do Município, o dever de publicar em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), todas as informações previstas no § 3º do artigo 8º da Lei 12.527 – Lei de Acesso à Informação, além do nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual o valor e respectivo processo de contratação, afastando, assim, às contratações realizadas com base na Lei 13.979/2020, o disposto no artigo 8º, § 4º, da Lei 12.257/2011;

CONSIDERANDO que o regime especial de contratações disciplinado pela Lei 13.979/2020 não se aplica a toda e qualquer contratação que seja realizada durante o período da emergência de que trata a lei, mas apenas àquelas que se destinem ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, razão por que para as contratações que não se destinem a essa finalidade deverão ser observadas as disposições da Lei 8.666/93;

CONSIDERANDO que o regime especial de contratação definido na Lei 13.979/2020 decorre de uma ponderação de interesses feita pelo próprio legislador diante do conflito de bens e direitos constitucionalmente protegidos, quais sejam os princípios regentes da atividade administrativa e direitos fundamentais como a vida e a saúde, e, na sua interpretação, deve-se buscar a maximização dos direitos e bens contrapostos, a fim de garantir-lhes máxima efetividade, evitando-se a nulificação dos bens e direitos em conflito;

CONSIDERANDO que a motivação dos atos administrativos é princípio da Administração Pública, extraível do artigo 93, inciso IX, da CF, e constitui garantia não somente do jurisdicionado, para o controle social das decisões administrativas, mas do próprio gestor, acerca da legitimidade de sua atuação

RESOLVE

RECOMENDAR aos Senhores Prefeitos, Secretários de Saúde e Secretários de Administração dos Município de Mundo Novo-MS e Japorã-MS, cada um no âmbito de suas competências:

a) a elaboração, pelo Município (caso ainda não o tenha feito), de um plano de contingência, com a previsão de ações conforme os níveis de resposta, indispensável ao balizamento da necessidade e adequação das ações empreendidas, dentre elas as contratações diretas, fundadas no artigo 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F, 4º-G, 4º-H e 4º-I da Lei 13.979/2020, e à fundamentação das decisões tomadas;

b) que nas contratações realizadas para o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional decorrente do Coronavírus Covid-19 sejam instaurados processos formais de contratação;

c) que nas contratações realizadas para o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional decorrente do Coronavírus Covid-19 seja priorizado o sistema de regime de preços, se cabível, inclusive observando a viabilidade de adesão às atas de outros entes;

d) diante da impossibilidade de contratação por sistema de registro de preços seja devidamente justificada a decisão pela dispensa de licitação, conforme autorizado no artigo 4º da Lei 13.979/2020, com a demonstração de que a contratação pretendida revela-se necessária, adequada e proporcional ao atendimento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional decorrente do Coronavírus Covid-19, a qual, nos termos do artigo 4º-B da Lei 13.979/2020, é, presumida, sob pena de nulidade do contrato administrativo correspondente (artigo 49, par. 2º da Lei 8.666/93), por caracterizar dispensa indevida da licitação e de responsabilidade criminal (artigo 89) e por ato de improbidade do gestor, seja pelo dano presumido ao erário público, seja pela violação dos princípios da Administração Pública (Lei 8.429/92);

e) seja justificada, em decisão fundamentada, a partir de critérios de proporcionalidade (necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito) a não opção pela licitação por pregão – artigo 4º-G da Lei 13.979/2020, com prazos reduzidos quando se cuidar de aquisição de bens e serviços comuns necessários ao enfrentamento da emergência de que trata a Lei 13.979/2020, conforme previsto no artigo 4º-G da Lei 13.979/2020;

f) que, nos processos de dispensa de licitação para a contratação de insumos, bens e serviços destinados ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, sejam elaborados termos de referência e projetos básicos simplificados, indispensáveis para a identificação do objeto a ser contratado, sua necessidade,

adequação e proporcionalidade ao atendimento da emergência declarada, o estabelecimento de critérios de medição e pagamento, estimativa de preços e adequação orçamentária, nos termos do artigo 4º-E da Lei 13.979/2020;

g) que na excepcional hipótese de ser dispensada a realização de estimativa de preço, nos termos do artigo 4º-E, § 2º, da Lei 13.979/2020 ou de contratação efetuada por preço superior ao estimado, em razão das oscilações ocasionadas pela variação de preços (artigo 4º-E, § 3º, da Lei 13.979/2020), as decisões sejam pautadas no princípio da proporcionalidade (necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito) e sejam devidamente fundamentadas nos autos, adotando, em caso de abusividade no aumento de preços, as medidas necessárias para a intervenção imediata dos órgãos de defesa do consumidor;

h) na hipótese de a abusividade dos preços inviabilizar a própria contratação pela Administração, especialmente por questões orçamentárias e, em consequência, o atendimento da situação de emergência, avaliar, também a partir de critérios de proporcionalidade (necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito), a possibilidade de requisição, mediante justa indenização, nos termos do artigo 5º, inciso XXV, da CF, artigo 15, inciso XIII, da Lei 8.080/90, artigo 3º, inciso VII, § 7º, inciso III, da Lei 13.979/2020 e artigo 3º, inciso III, § 3º, inciso II, da Lei 13.874/2019;

i) que a decisão de contratar empresa com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso somente se dê na hipótese expressamente prevista em lei, qual seja, quando se cuidar, comprovadamente, de única fornecedora (embora não exclusiva) do bem ou serviço a ser adquirido, em razão de circunstâncias fáticas existentes no momento da contratação, de forma fundamentada, adotando as medidas de cautela que foram necessárias para garantir o efetivo cumprimento do contrato;

j) que a dispensa de apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação somente seja adotada diante de situação de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço que esteja a comprometer o atendimento da situação de emergência, a partir de critérios de proporcionalidade, devidamente fundamentada, com adoção, pelo gestor, das providências necessárias a garantir o cumprimento do contrato;

k) que, embora a emergência seja presumida por lei, da mesma forma que na celebração do contrato, necessário seja devidamente fundamentada cada prorrogação, a partir da necessidade, da adequação e da proporcionalidade da prorrogação da contratação ao fim de enfrentamento da Emergência de Saúde de Importância Nacional;

l) sejam publicadas, em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), para a garantia do princípio da publicidade, da moralidade e da eficiência administrativa, todas as informações previstas no § 3º do artigo 8º da Lei 12.527 – Lei de Acesso à Informação, além do nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual o valor e respectivo processo de contratação, independentemente do número de habitantes do Município, haja vista que a Lei 13.979/2020 não estendeu às contratações por ela disciplinadas a exceção prevista no 8º, § 4º da Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação;

m) que se abstenham de utilizar o regime especial de contratações estabelecido na Lei 13.979/2020 para as contratações que não se destinem ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, observando-se as disposições da Lei 8.666/93.

No prazo de 10 (dez) dias úteis, nos termos do artigo 8º, inciso IV e § 5º da LC 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União - c/c artigo 80 da Lei 8.625/93 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público - e art. 27, II e art. 232 da LC Estadual 72/94 - Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, deverão ser encaminhadas, por escrito, a este órgão ministerial, informações acerca das providências adotadas para o cumprimento da presente recomendação, acompanhadas dos documentos necessários à sua comprovação.

Ressalta-se que a inobservância da presente Recomendação acarretará, em sendo o caso, a adoção de todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópia da presente Recomendação ao órgão responsável pela veiculação desta recomendação no DOMP, ao *e-mail* da Força Tarefa COVID-19 do MPMS (nucleodacidadania@mpms.mp.br) e ao *e-mail* do Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público.

Mundo Novo, 03 de abril de 2020.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA
Promotora de Justiça

NOVA ANDRADINA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2020.00001381-4.**RECOMENDAÇÃO**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do 1º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social e do 2º Promotor de Justiça de Defesa das Crianças, Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência da Comarca de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo art. 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PJG de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu art. 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que o art. 44 daquele mesmo ato dispõe que “o órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover”;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é dever do detentor de cargo ou função pública desempenhar com zelo e presteza os trabalhos que lhe forem incumbidos;

CONSIDERANDO que segundo o art. 205 da Constituição Federal, “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”;

CONSIDERANDO que a educação e alimentação são direitos fundamentais e sociais, conforme firmado no art. 6º da Constituição Federal;

CONSIDERANDO as disposições da Lei nº 9.394/90 Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no sentido que: “O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (art. 4º, VIII, LDB);

CONSIDERANDO que, no dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde - OMS decretou situação de “emergência de saúde pública de importância internacional” e, em seguida, no dia 11 de março de 2020, declarou a pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO que o novo Coronavírus (COVID-19 CID 10: B34.2) é uma doença viral, altamente contagiosa, que provoca, inicialmente, sintomas de resfriado, podendo causar manifestações graves como a Síndrome Respiratória Aguda Grave e Síndrome Respiratória do Oriente Médio;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, no dia 03 de fevereiro de 2020, por meio da Portaria GM/MS nº 188/2020, declarou “emergência em saúde pública de importância nacional”, em decorrência da infecção humana pelo Coronavírus, à vista que a situação atual demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde elaborou o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo Coronavírus COVID-19, situando o Brasil, no momento, no nível de reposta: “emergência em saúde pública de importância nacional (ESPIN)”;

CONSIDERANDO que os estados e municípios vêm elaborando seus planos de contingência locais, inclusive acatando recomendações expedidas pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 15.393, de 17 de março de 2020, que suspendeu as aulas na rede pública estadual de ensino no período de 23/03/2020 a 06/04/2020, orientando as redes públicas municipais e as instituições privadas a fazerem o mesmo, sendo prorrogada a suspensão até o dia 03 de maio de 2020;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Andradina, por sua Secretaria Municipal de Educação, pela Portaria-SEMEC nº 31, de 18 de março de 2020 determinou que “ficam suspensas as aulas presenciais nas unidades e nos centros de educação infantil da Rede Municipal de Ensino, assim como também ficam suspensas todas as aulas do CIT, SESI, as atividades da FUNAC, FUNAEL e os atendimentos da biblioteca pública municipal, no período de 23 de março a 6 de abril de 2020, podendo esse período ser ampliado, caso haja necessidade”, mas nada pronunciou sobre a distribuição de refeições aos alunos;

CONSIDERANDO que o art. 227 da Constituição Federal e o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente garantem a toda criança e adolescente, com absoluta prioridade, direitos fundamentais, assegurando-lhe primazia em receber proteção e socorro, precedência no atendimento nos serviços públicos, preferência na formulação de políticas e destinação privilegiada de recursos para sua proteção;

CONSIDERANDO que quando ameaçados ou violados os direitos das crianças e dos adolescentes, devem ser aplicadas medidas de proteção pautadas nos princípios da condição de sujeitos de direito, da proteção integral e prioritária, da responsabilidade primária e solidária do poder público, do superior interesse, da intervenção precoce, da intervenção mínima, da proporcionalidade, da atualidade e da obrigatoriedade da informação (art. 98 e seguintes do ECA);

CONSIDERANDO que é de conhecimento público e notório que a alimentação escolar é essencial aos alunos, configurando a principal refeição de parcela dos discentes e que, aparentemente, ficará prejudicada durante suspensão das aulas;

CONSIDERANDO que muitas famílias contam com a refeição que as crianças e os adolescentes fazem na unidade escolar para a nutrição mínima diária, não tendo como arcar com o aumento desta despesa no período em que eles permanecerão em casa;

CONSIDERANDO que muitos pais/responsáveis exercem atividade laborativa sem formalidade e não têm dentro de seus núcleos de apoio familiar pessoas, fora do grupo de maior risco epidemiológico de COVID-19, para que possam deixar as crianças e adolescentes que estejam sob sua responsabilidade, e que por esta razão terão perda econômica significativa, que poderá gerar reflexos na economia e na subsistência da família;

CONSIDERANDO que a situação demanda a adoção urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença;

CONSIDERANDO que a eleição da solidariedade como objetivo principiológico fundamental de direito está a exigir do cidadão a prática de comportamento colaborador com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades públicas voltadas à tutela do próximo;

CONSIDERANDO que alimentar é um ato de amor, afeto solidariedade e humanidade, que não só nutre o corpo, mas também acalenta o coração, principalmente dos mais necessitados;

CONSIDERANDO que a Ministra da Agricultura, Tereza Cristina garantiu que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) continuará normalmente, mesmo com a pandemia de coronavírus e a suspensão das aulas nas escolas;

CONSIDERANDO, ainda, o Projeto de Lei nº 786, 2020, já aprovado em ambas as casas legislativas do Congresso Nacional, pendente apenas de sanção presidencial, que visa autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica;

CONSIDERANDO que em outros Estados e Municípios Brasileiros, a merenda escolar segue sendo distribuída para alunos das Redes Públicas de Ensino, conforme divulgação da mídia;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 2.473, de 21 de março de 2020, declara emergência no Município de Nova Andradina e define medidas de enfrentamento da epidemia do Coronavírus COVID-19;

CONSIDERANDO a total excepcionalidade do caso que exige uma postura diferenciada e emergencial pelo poder público;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de evitar prejuízos de maior monta e zelar pelo cumprimento das medidas de combate ao COVID-19, em sua integralidade;

Resolve, em nome da proteção das crianças, dos adolescentes, da cidadania, bem como do patrimônio público e social, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para a responsabilização das autoridades competentes, RECOMENDAR ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, José Gilberto Garcia, e ao Secretário Municipal de Educação, que:

1) durante o período de suspensão das aulas em decorrência da pandemia pelo COVID-19, seja fornecida alimentação (kit merenda) aos alunos que necessitarem, em especial àqueles pertencentes às famílias cadastradas no Bolsa Família e Cadastro Único do Governo Federal, devidamente elencadas e convocadas por telefone ou meio eletrônico pela direção da escola, retomando o fornecimento da alimentação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

2) tal distribuição deverá ser realizada de maneira a evitar aglomerações, da forma mais conveniente para a Administração Pública, sugerindo-se para tanto a adoção, entre outras estratégias: a) contato prévio estabelecido pelos diretores de escola com os pais dos alunos a serem beneficiados (evitando que os pais ou responsáveis procurem a escola antes de serem contatados); b) agendamento de horário para retirada dos kits (evitando filas e aglomerações); c) consumo fora das escolas; e d) a retirada por apenas um representante por família;

3) seja vedada a venda ou a destinação para finalidade diferenciada dos bens ofertados, devendo os representantes dos alunos serem advertidos sobre isso no ato em que retirarem as refeições;

4) promovam o controle efetivo da entrega da alimentação, no qual deverá constar o dia, local, o nome completo do aluno contemplado e a assinatura de seu responsável, a fim de assegurar a regularidade e lisura do fornecimento;

5) em relação aos alimentos perecíveis que excederem àqueles distribuídos, sejam eles entregues às famílias dos estudantes de baixa renda que residam no entorno da instituição de ensino;

6) não seja utilizada tal distribuição para promoção pessoal de agente público ou político, sob pena de reconhecimento de prática de ato de improbidade administrativa, tipificado no artigo 11 da Lei n. 8.429/92;

7) adotem todas as medidas legais, jurídicas e administrativas necessárias para a aquisição de alimentos e insumos necessários a composição e distribuição dos kits merenda, obedecendo-se, irrestritamente, os preceitos que regem a administração pública insculpidos no art. 37, da Constituição Federal;

8) oportunamente, comuniquem o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS) acerca das medidas adotadas procedimental e financeiramente para o cumprimento da presente recomendação, tendo em vista as circunstâncias fáticas vivenciadas.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor, além das demais Recomendações já expedidas.

O Ministério Público deverá ser comunicado (através do e-mail 01pjnovaandradina@mpms.mp.br e 2pjnovaandradina@mpms.mp.br, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a partir do recebimento da presente, se as autoridades acolherão ou não a RECOMENDAÇÃO, com o encaminhamento de documentos hábeis a comprovar a efetivação das medidas, caso positiva a resposta, sob pena de, não adotando as providências, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor do responsável.

Por fim, ressalte-se que diante da urgência que o caso requer, aliado a situação enfrentada, e à Resolução nº 7/2020/PGJ, de 19 de março de 2020, a presente Recomendação será encaminhada através dos canais digitais disponíveis (e-mail e WhatsApp), suficientes ao conhecimento de seu teor e adoção das providências cabíveis.

No mesmo sentido, encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público, da Cidadania, da Infância e Juventude, da Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência, aos Poder Legislativo Municipal de Nova Andradina/MS, ao Juízo da Infância e da Adolescência de Nova Andradina/MS, e, também, para publicação no DOMP/MS.

Nova Andradina/MS, 01 de abril de 2020

PAULO LEONARDO DE FARIA

Promotor de Justiça

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

GLÓRIA DE DOURADOS

PA DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS Nº 09.2020.00000829-9.

NOTICIANTE: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

INTERESSADO: Município de Glória de Dourados-MS.

OBJETO: "Acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pelo Município de Glória de Dourados/MS para prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública em decorrência do novo Coronavírus (COVID-19), bem como verificar se tais ações e medidas vêm atendendo às diretrizes, protocolos e demais procedimentos instituídos pelo Ministério da Saúde, tendo em vista a situação de emergência em saúde pública de importância nacional declarada pela Portaria GM nº 188, de 03/02/2020."

RECOMENDAÇÃO Nº 0003/2020/PJ/GDS.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por meio da Promotoria de Justiça de Glória de Dourados/MS, com fundamento no art. 3º, VII, da Resolução nº 005/2012-CPJ e no art. 8º, II, da Resolução CNMP nº 174/2017 e, por fim, no art. 26, I, alíneas "b" e "c", da Lei Orgânica do Ministério Público – Lei nº 8.625/93, e,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme o teor do art. 127, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, da CF/88);

CONSIDERANDO o teor dos Decretos Municipais nº 17/2020 e nº 19/2020, que dispõem sobre medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito do Município de Glória de Dourados/MS, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, bem como dos efeitos dele decorrentes;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação nº 02/2020/PJ/GDS, expedida nestes autos, em 20/03/2020, *in litteris*:

"[...] (I) RECOMENDA ao Excelentíssimo Senhor Controlador-Geral do Município de Glória de Dourados/MS, Nelson Correia Mendes, ou a quem fizer as suas vezes, que:

1) imediatamente, proceda com o atendimento das demandas relacionadas ao oferecimento de atendimentos, de encaminhamentos, de orientações, de recebimento de petições, de sugestões, de reclamações, de protocolos, dentre outros serviços demandados pelos cidadãos, por intermédio da Ouvidoria do Município de Glória de Dourados/MS, a

fim de que o disposto no art. 5º do Decreto Municipal nº 15/2020 não cause prejuízos à prestação dos serviços públicos municipais ofertados;

As comunicações encaminhadas à Ouvidoria do Município de Glória de Dourados/MS deverão ser regularmente formalizadas em procedimento administrativo próprio, de modo a efetivar os princípios constitucionais da publicidade, da eficiência e da legalidade.

Visando verificar o cumprimento deste item, a Promotoria de Justiça procederá, em data a ser designada, com inspeção no referido órgão, nos termos do art. 27, I, alínea "c", da Lei Orgânica do MPMS.

(II) RECOMENDA à Ilustríssima Senhora Chefe do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Glória de Dourados/MS, Wanessa Duarte de Souza, que:

2) imediatamente, proceda com a regulamentação do art. 6º do Decreto Municipal nº 14/2020 e do art. 2º do Decreto Municipal nº 15/2020, notadamente com a expedição de instrução normativa ou ato administrativo equivalente, de forma a descrever e regulamentar todas as hipóteses referidas nos diplomas legais, bem como fazer acompanhar os modelos de requerimentos e atos administrativos padronizados, de modo a efetivar o princípio constitucional da eficiência.

As comunicações encaminhadas ao Departamento de Recursos Humanos deverão ser regularmente formalizadas em procedimento administrativo próprio, de modo a efetivar os princípios constitucionais da publicidade, da eficiência e da legalidade.

Visando verificar o cumprimento deste item, a Promotoria de Justiça procederá, em data a ser designada, com inspeção no referido órgão, nos termos do art. 27, I, alínea "c", da Lei Orgânica do MPMS.

(III) RECOMENDA ao Excelentíssimo Senhor Secretário Municipal de Saúde de Glória de Dourados/MS, Riccieri Doreto Schiave, que:

3) durante os próximos 10 dias, promova a divulgação do Decreto Municipal nº 14/2020 e do Decreto Municipal nº 15/2020, bem como do Aplicativo “Coronavírus-SUS³”, de campanhas de conscientização dos riscos e das medidas de higiene necessárias para evitar o contágio do Coronavírus (COVID-19), difundindo-as através dos meios de comunicação disponíveis à Administração Pública Municipal, tais como redes sociais, perfis de *Facebook*, *Whatsapp*, emissoras de rádio, distribuição panfletos, utilização de carros de som, dentre outros, tudo para efetivar o princípio constitucional da publicidade, e, por consequência, orientar tecnicamente a população do Município de Glória de Dourados/MS, enquanto perdurar a situação de emergência em saúde causada pelo Coronavírus (COVID-19);

4) imediatamente, proceda com a divulgação das ações contidas no Plano Estadual de Contingência contra o Coronavírus e as medidas e normativas do Centro de Operações de Emergência (COE/MS);

5) diariamente, proceda com a publicação de boletins de acompanhamento do cenário da doença e das diretrizes para vigilância, prevenção e controle desenvolvidas pelo Governo do Estado e pelo Município de Glória de Dourados/MS.

(IV) RECOMENDA à Excelentíssima Senhora Diretora Executiva do PROCON Municipal de Glória de Dourados/MS, Thayná Medeiros Nakamura Andrade, que:

6) imediatamente, proceda com a intensificação da fiscalização, prevenindo e reprimindo práticas abusivas contra consumidores, em especial em supermercados, farmácias e em quaisquer outros estabelecimentos comerciais que possam ter, dentre outras práticas, reajustado abusivamente os preços em razão da pandemia do Coronavírus (COVID-19), de modo que os possíveis infratores sejam autuados e sancionados, nos moldes do CDC e legislação correlata;

As fiscalizações efetuadas pelo PROCON municipal deverão ser regularmente formalizadas em procedimento administrativo próprio, de modo a efetivar os princípios constitucionais da publicidade, da eficiência e da legalidade.

7) imediatamente, proceda com a divulgação aos consumidores, da ilegalidade do reajuste abusivo de preços de produtos, serviços e mercadorias, orientando-os a denunciar tais práticas ao PROCON, inclusive com a divulgação do endereço, e-mail e telefone do PROCON Municipal em todas as regiões da cidade, para oferecimento de eventuais reclamações/denúncias;

8) imediatamente, proceda com a fiscalização dos estabelecimentos abertos ao público, quanto à obediência às normas de segurança na prestação dos serviços e venda de produtos, com a disponibilização de equipamentos e produtos mitigadores de contaminação aos funcionários das lojas, com base no inciso I do artigo 6º do CDC, c/c artigo 8º do mesmo código;

9) no prazo de 30 dias, proceda com o encaminhamento de relatório pormenorizado de todas as medidas adotadas pelo PROCON municipal no âmbito de suas atribuições em razão da pandemia do Coronavírus (COVID-19).

(V) RECOMENDA ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Glória de Dourados/MS, Aristeu Pereira Nantes, que:

10) imediatamente, e, respeitada a discricionariedade administrativa, proceda com alteração do art. 2º do Decreto Municipal nº 14/2020, a fim de incluir reuniões e atividades religiosas que importem em aglomerações de pessoas no

³ Disponível gratuitamente em: https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.datasus.guardioes&hl=pt_BR.

âmbito de qualquer instituição religiosa ou propriedade privada, independentemente do credo ou dogma, suspendendo, assim, os atos públicos, as pastorais, as caravanas, os cultos e as missas, bem como quaisquer outras formas de aglomerações, enquanto perdurar o período de risco de contaminação do Coronavírus (COVID-19);

Nesse ponto, deve ser observado que a presente Recomendação não pretende restringir o direito fundamental à liberdade de manifestação religiosa dos cidadãos de Glória de Dourados/MS, conforme preceituado no art. 5º, VI, CF/88, mas apenas dirimir o choque entre o referido direito fundamental e os igualmente fundamentais direitos à vida, à saúde e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida, os quais, neste momento, estão sob ameaça em razão do risco de contaminação e transmissão do Coronavírus (COVID-19).

Deste modo, deve-se adotar um juízo de ponderação, fazendo com que os direitos fundamentais em comento continuem sendo desfrutados, devendo o direito à liberdade de manifestação religiosa ser restringido, temporariamente, a fim de que os direitos à vida, à saúde e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida, sejam efetivamente assegurados.

Em arremate, a título de exemplificação, denota-se que o Poder Judiciário já enfrentou o tema (ver autos nº 1000010-12.2020.8.26.0621 do TJSP), e, na oportunidade, o Juízo determinou a suspensão da realização de quaisquer eventos no Santuário Nacional de Aparecida, inicialmente, pelo prazo de 30 dias, sob pena de aplicação de multa diária de multa no valor de R\$ 100.000,00.

11) imediatamente, proceda com a intensificação das ações de fiscalização em todo o território municipal, empregando inclusive o apoio da Vigilância Sanitária, dos Agentes Comunitários de Saúde, do Setor de Fiscalização de Posturas Municipais e da Polícia Militar, a fim de garantir o cumprimento do disposto no Decreto Municipal nº 14/2020, especialmente dos arts. 2º, 3º e 5º, e, caso seja constatado seu descumprimento injustificado, reiterado ou irresponsável, efetue as comunicações de praxe à Autoridade Policial para a adoção das providências criminais pertinentes, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas cabíveis a Administração Municipal e, por fim, comunicação à Promotoria de Justiça de Glória de Dourados/MS;

12) imediatamente, promova a alteração do art. 4º do Decreto Municipal nº 14/2020, a fim de estender os seus efeitos suspensivos às instituições de ensino privadas e universidades existentes no Município de Glória de Dourados/MS, e, caso haja entidade que resolva manter as aulas, deve-se exigir a apresentação de justificativa escrita e tecnicamente fundamentada, ficando a critério do Poder Executivo Municipal acolhê-la ou não;

13) imediatamente, e, respeitada a discricionariedade administrativa, proceda com a alteração do § 2º do art. 6º, do Decreto Municipal nº 14/2020, a fim de aumentar o tempo de contingência de 5 para 10 dias, dos servidores regressos ou que venham regressar de viagens estrangeiras ou nacionais de qualquer Estado da Federação, independentemente de apresentação sintomas do Coronavírus (COVID-19), bem como para aumentar o tempo de quarentena de 7 para 14 dias;

14) imediatamente, e, respeitada a discricionariedade administrativa, proceda com a alteração do Decreto Municipal nº 14/2020, a fim de instituir obrigação de fazer consistente na imposição de sistema de revezamento do ingresso de pessoas e/ou sistema de rodízio de entrada e saída de pessoas em estabelecimentos públicos e/ou privados, a exemplo de supermercados, bancos, lojas de conveniências, e congêneres, a fim de evitar a formação de filas de espera para atendimentos e aglomeração de pessoas, e, caso forme filas, os estabelecimentos públicos e/ou privados deverão manter em local visível a recomendação de distância mínima aproximada de 1 metro entre pessoas, nos moldes da orientação da Organização Mundial da Saúde – OMS, com o objetivo de reduzir o risco de contaminação e transmissão do Coronavírus (COVID-19) no Município de Glória de Dourados/MS;

15) imediatamente, e, respeitada a discricionariedade administrativa, proceda com alteração no Decreto Municipal nº 15/2020, visando acrescentar a obrigação de designar servidor público municipal afeto a área da saúde para permanecer no Terminal Rodoviário Municipal nos horários de maior trânsito de pessoas, prestando as orientações veiculadas pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria de Estado de Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde, com relação ao Coronavírus (COVID-19), focando o atendimento aos passageiros que usem o terminal;

16) imediatamente, proceda com a divulgação adequada, no Órgão de Imprensa Oficial do Município de Glória de Dourados/MS, da presente recomendação, nos termos do art. 27, parágrafo único, IV, da Lei nº 8.625/93.

17) imediatamente, proceda com a divulgação adequada, no Órgão de Imprensa Oficial do Município de Glória de Dourados/MS, da presente recomendação, nos termos do art. 27, parágrafo único, IV, da Lei nº 8.625/93 [...]".

CONSIDERANDO o agravamento da situação de emergência em saúde pública vivenciada pelo Brasil, causada pela transmissão em larga escala do Coronavírus (COVID-19), bem como a notícia de que existem 48 casos confirmados em Mato Grosso do Sul⁴, inclusive em mais de um município, com um óbito já registrado, indicando, portanto, o risco potencial da doença se alastrar pelos demais municípios do Estado;

⁴ <https://covid.saude.gov.br/>

CONSIDERANDO o potencial danoso da pandemia de Coronavírus (COVID-19), que já vitimou 201 pessoas no Brasil até a presente data (31/03/2020)⁵, evidenciando, portanto, a gravidade da situação e a necessidade de serem adotadas medidas excepcionais, extremas, temporárias e eficazes;

CONSIDERANDO que a crise atual demanda a adoção, por parte da Administração Local, de todas as medidas sanitárias e de segurança necessárias, dentro do seu âmbito de suas atribuições, notadamente de poder de polícia e de poder regulamentar, para conter a pandemia de Coronavírus (COVID-19) por que passa o País;

E, CONSIDERANDO que a CF/88 dispõe em seu art. 1º, III, que a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil

RECOMENDA, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Glória de Dourados, Aristeu Pereira Nantes:

(I) Que adote todas as medidas acordadas e constantes da ata de reunião (em anexo), realizada em 31/03/2020, na sede do Tribunal do Júri da Comarca de Glória de Dourados, notadamente quanto à exigência e fiscalização de planos de contingência, a serem elaborados e aplicados pelos estabelecimentos comerciais do Município de Glória de Dourados/MS, os quais, por conta de sua essencialidade, continuem prestando atendimento presencial ao público, a exemplo de postos de combustíveis, supermercados e fornecedores de alimentos e farmácias;

(II) Que apresente, a cada 5 dias, relatório dos trabalhos de orientação e de fiscalização realizados para fazer respeitar todas as medidas adotadas e recomendadas, no âmbito do Município de Glória de Dourados/MS, para a prevenção do contágio da doença COVID-19;

(III) Que publique no Diário Oficial do Município e faça divulgar por todos os meios de comunicação disponíveis, a cada 24h, boletim epidemiológico sobre o COVID-19 para o Município de Glória de Dourados, do qual deverão constar informações como os casos notificados, em investigação, confirmados, descartados, excluídos, bem como o número de óbitos, o sexo e a idade de pacientes, data de notificação, local de deslocamento, contato com casos confirmados, situação de isolamento domiciliar, quarentena, internação, presença ou não de sintomas, número de curados, etc, bem como casos de SRAG em investigação, testados para Influenza, Painei Viral⁶ e COVID-19 e distribuição geográfica dos casos confirmados e em investigação, no Município e região geoeconômica;

(IV) imediatamente, proceda com a divulgação adequada, no Órgão de Imprensa Oficial do Município de Glória de Dourados/MS, da presente recomendação, nos termos do art. 27, parágrafo único, IV, da Lei nº 8.625/93.

Consigna-se, por fim, que as medidas recomendadas não pretendem restringir os direitos fundamentais ao trabalho e à livre iniciativa (art. 1º, IV), ou de ir, vir e permanecer (art. 5º, XV), mas apenas dirimir o choque entre os referidos direitos fundamentais e os igualmente fundamentais direitos à vida, à saúde e os essenciais à sadia qualidade de vida, os quais, neste momento, estão sob ameaça em razão do risco de contaminação e transmissão do Coronavírus (COVID-19).

Deste modo, deve-se adotar um juízo de ponderação, fazendo com que os direitos fundamentais em comento continuem sendo desfrutados, devendo o direito ao trabalho, à livre iniciativa e o direito de ir e vir serem restringidos, temporariamente e com a necessidade, adequação e proporcionalidade que cada situação exigir, a fim de que os direitos à vida, à saúde e os essenciais à sadia qualidade de vida, sejam efetivamente assegurados.

A Autoridade Administrativa destinatária deverá se pronunciar acerca do acatamento da presente Recomendação por escrito, o qual deve ser encaminhado ao e-mail pjgloriadedourados@mpms.mp.br, no prazo de 48h, considerando a urgência que o caso comporta, a contar do primeiro dia útil após o recebimento da presente recomendação, destacando-se que a ausência de manifestação importará em presunção de recusa ao seu cumprimento total ou parcial e, assim como o não acatamento, ensejará a adoção das medidas judiciais cabíveis, nas esferas civil, administrativa e penal.

Glória de Dourados/MS, 1º de abril de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça.

⁵<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46600-coronavirus-57-mortes-e-2-433-casos-confirmados>

⁶ Influenza A H1N1, Influenza A H3N2, Influenza B, Metapneumovírus, Adenovírus, Rinovírus, Vírus Sincicial Respiratório, Parainfluenza 1, 2, 3 e COVID-19.

PA DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS Nº 09.2020.00000829-9.

NOTICIANTE: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

INTERESSADO: Município de Glória de Dourados-MS.

OBJETO: "Acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pelo Município de Glória de Dourados/MS para prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública em decorrência do novo Coronavírus (COVID-19), bem como verificar se tais ações e medidas vêm atendendo às diretrizes, protocolos e demais procedimentos instituídos pelo Ministério da Saúde, tendo em vista a situação de emergência em saúde pública de importância nacional declarada pela Portaria GM nº 188, de 03/02/2020."

RECOMENDAÇÃO Nº 0004/2020/PJ/GDS.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por meio da Promotoria de Justiça de Glória de Dourados/MS, com fundamento no art. 3º, VII, da Resolução nº 005/2012-CPJ e no art. 8º, II, da Resolução CNMP nº 174/2017 e, por fim, no art. 26, I, alíneas "b" e "c", da Lei Orgânica do Ministério Público – Lei nº 8.625/93, e,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme o teor do art. 127, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da CF/88);

CONSIDERANDO que a CF/88 dispõe, em seu art. 1º, III, que a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF/88);

CONSIDERANDO que as entidades que mantêm programas de acolhimento institucional e familiar têm, dentre seus deveres, a obrigação de observar os direitos e garantias de que são titulares os acolhidos, de oferecer-lhes instalações em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança e os objetos necessários à higiene pessoal, de oferecer cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos aos acolhidos, e de comunicar às autoridades competentes todos os casos de acolhidos portadores de moléstias infectocontagiosas, nos termos do art. 94, § 1º, do ECA;

CONSIDERANDO que as entidades que mantêm programas de institucionalização de longa permanência de idosos têm, dentre seus deveres, a obrigação de observar os direitos e garantias de que são titulares os acolhidos, oferecer-lhes instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança, proporcionar cuidados à saúde dos acolhidos, e de comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de acolhido portador de doenças infectocontagiosas, nos termos dos arts. 48 e 50 do Estatuto do Idoso;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 17/2020 suspendeu as visitas realizadas aos idosos acolhidos no Lar do Idoso São Vicente de Paulo, nos termos do seu art. 13;

CONSIDERANDO que é dever do Estado fornecer assistência à saúde do preso em caráter preventivo e curativo, conforme denota-se dos arts. 10, 11 e 14 da Lei de Execução Penal;

CONSIDERANDO o teor da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, a qual dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO o conteúdo dos Decretos Federais nº 10.282 e 10.288, ambos de 2020, os quais regulamentam a Lei nº 13.979/2020;

CONSIDERANDO a Portaria nº 454, de 20 de março de 2020, do Ministério da Saúde que declara, em todo o

território nacional, o estado de transmissão comunitária do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, o qual dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, no território sul-mato-grossense;

CONSIDERANDO o agravamento da situação de emergência em saúde pública vivenciada pelo Brasil, causada pela transmissão, em larga escala, do Coronavírus (COVID-19), bem como a notícia de 48 casos confirmados da doença em Mato Grosso do Sul⁷, com um óbito já registrado, indicando, portanto, o alto grau de alastramento e contágio da doença;

CONSIDERANDO informações prestadas pelo Ministério da Saúde⁸, até 31/3/2020), subiu para 5.717 o número de casos confirmados de coronavírus (Covid-19) no Brasil, e, até o momento, 201 mortes estão confirmadas no país, o que demonstra o potencial danoso da pandemia de Coronavírus (COVID-19);

RECOMENDA:

(I) à Ilustríssima Senhora Diretora do Lar do Menor de Glória de Dourados, Gisele Dário Pelhe Costa, sem prejuízo de outras medidas urgentes e necessárias ao cumprimento das determinações constantes da Nota Pública do Ministério da Cidadania, que trata das Medidas de Prevenção ao Coronavírus nas Unidades de Acolhimento Institucional (em anexo), que:

1) imediatamente, sejam suspensas, por tempo indeterminado, as visitas realizadas aos acolhidos;

2) imediatamente, sejam estimuladas outras formas de contato das crianças e adolescentes acolhidos com seus familiares e pessoas da comunidade com quem mantêm vínculos de afinidade e afetividade, notadamente pelos meios não físicos (contato telefônico, eletrônico e redes sociais), a fim de se minimizar a sensação de isolamento na atual fase;

3) imediatamente, oriente seus acolhidos e funcionários acerca de medidas básicas de saúde e higiene, tais como:

- a) lavar frequentemente as mãos por, pelo menos, 20 segundos, especialmente após contato direto com outras pessoas ou com o meio ambiente e antes de se alimentar;
- b) usar álcool em gel 70% nas mãos;
- c) usar lenço descartável para higiene nasal;
- d) cobrir nariz e boca ao espirrar ou tossir;
- e) evitar tocar nas mucosas dos olhos;
- f) higienizar as mãos após tossir ou espirrar;
- g) não compartilhar objetos de uso pessoal como talheres, pratos, copos ou garrafas, canudos, toalhas, talheres, alimentos, maquiagem e protetores labiais, etc;

4) encaminhe para atendimento médico o acolhido com sintomas agravados de coriza, tosse, dor de garganta, febre e dificuldade respiratória, devendo ser respeitadas as orientações do profissional de saúde, notadamente quanto à necessidade de isolamento da criança ou adolescente acolhido em ambiente apropriado, em condições de segurança para

⁷ <https://covid.saude.gov.br/>

⁸ <https://covid.saude.gov.br/>

si e para os demais usuários do serviço;

5) imediatamente, intensifique a higienização dos ambientes de uso comum e de objetos de uso coletivo;

6) intensifique os cuidados com o uso do álcool, especialmente em ambientes com acesso de crianças e adolescentes, pelo risco de ingestão acidental e de queimaduras devido à característica inflamável do produto;

7) realize desinfecção de bebedouros com álcool 70%, frequentemente, disponibilizando copos descartáveis ou copo/garrafa plástica para uso individual.

(II) ao Ilustríssimo Senhor Diretor do Lar do Idoso São Vicente de Paulo, Mauro Nunes da Mota, sem prejuízo de outras medidas urgentes e necessárias ao cumprimento das determinações constantes da Nota Pública do Ministério da Cidadania, que trata das Medidas de Prevenção ao Coronavírus nas Unidades de Acolhimento Institucional (em anexo), que:

1) imediatamente, sejam estimuladas outras formas de contato dos idosos acolhidos com seus familiares e pessoas da comunidade com quem mantêm vínculos de afinidade e afetividade, notadamente pelos meios não físicos (contato telefônico, eletrônico e redes sociais), a fim de se minimizar a sensação de isolamento na atual fase;

2) imediatamente, oriente seus acolhidos e funcionários acerca de medidas básicas de saúde e higiene, tais como:

- a) lavar frequentemente as mãos por, pelo menos, 20 segundos, especialmente após contato direto com outras pessoas ou com o meio ambiente e antes de se alimentar;
- b) usar álcool em gel 70% nas mãos;
- c) usar lenço descartável para higiene nasal;
- d) cobrir nariz e boca ao espirrar ou tossir;
- e) evitar tocar nas mucosas dos olhos;
- f) higienizar as mãos após tossir ou espirrar;
- g) não compartilhar objetos de uso pessoal como talheres, pratos, copos ou garrafas, canudos, toalhas, talheres, alimentos, maquiagem e protetores labiais, etc;

3) encaminhe para atendimento médico o acolhido com sintomas agravadas de coriza, tosse, dor de garganta, febre e dificuldade respiratória, devendo ser respeitadas as orientações do profissional de saúde, notadamente quanto à necessidade de isolamento do idoso acolhido em ambiente apropriado, em condições de segurança para si e para os demais usuários do serviço;

4) imediatamente, intensifique a higienização dos ambientes de uso comum e objetos de uso coletivo;

5) intensifique os cuidados com o uso do álcool, especialmente em ambientes com acesso de idosos, pelo risco de ingestão acidental e de queimaduras devido à característica inflamável do produto;

6) realize desinfecção de bebedouros com álcool 70% frequentemente, disponibilizando copos descartáveis ou copo/garrafa plástica para uso individual.

(III) ao Ilustríssimo Senhor Delegado de Polícia Civil de Glória de Dourados, José Ricardo Rodrigues Mota, que:

1) imediatamente, sejam suspensas, por tempo indeterminado, as visitas realizadas aos presos custodiados na Delegacia de Polícia Civil de Glória de Dourados;

2) imediatamente, oriente os agentes da Polícia Civil, a fim de evitar a contaminação e disseminação do Coronavírus entre os presos, acerca de medidas básicas de saúde e higiene, tais como:

- a) lavar frequentemente as mãos por, pelo menos, 20 segundos, especialmente após contato direto com outras pessoas ou com o meio ambiente;
- b) usar álcool em gel 70% nas mãos;
- c) usar lenço descartável para higiene nasal;
- d) cobrir nariz e boca ao espirrar ou tossir;

- e) evitar tocar nas mucosas dos olhos;
- f) higienizar as mãos após tossir ou espirrar;
- g) não compartilhar objetos de uso pessoal;

3) encaminhe para atendimento médico o preso com sintomas agravadas de coriza, tosse, dor de garganta, febre e dificuldade respiratória, devendo ser respeitadas as orientações do profissional de saúde, notadamente quanto à necessidade de isolamento do custodiado em ambiente apropriado, em condições de segurança para si e para os demais presos e agentes da Polícia Civil;

4) imediatamente, intensifique a higienização dos ambientes de uso comum e de objetos de uso coletivo;

5) intensifique os cuidados com o uso do álcool, especialmente em razão do risco de ingestão acidental e de queimaduras devido à característica inflamável do produto;

6) realize desinfecção de bebedouros com álcool 70% frequentemente, disponibilizando copos descartáveis ou copo/garrafa plástica para uso individual.

As Autoridades Administrativas destinatárias deverão se pronunciar acerca do acatamento da presente Recomendação por escrito, o qual deve ser encaminhado ao e-mail pjgloriadedourados@mpms.mp.br, no prazo de 48h, considerando a urgência que o caso comporta, a contar do primeiro dia útil após o recebimento da presente recomendação, destacando-se que a ausência de manifestação importará em presunção de recusa ao seu cumprimento total ou parcial e, assim como o não acatamento, ensejará a adoção das medidas judiciais cabíveis, bem como sua responsabilização nas esferas, civil, administrativa e penal.

Glória de Dourados/MS, 1º de abril de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça.

INOCÊNCIA

EDITAL N. 11/2020

A Promotoria de Justiça da Comarca de Inocência/MS, torna pública a instauração do presente Procedimento Preparatório, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, nº 377, Jardim Bom Jesus e no seguinte endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000354-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ocupação irregular em imóveis oriundos de Programa Habitacional, com promessa de doação mediante condição suspensiva.

Inocência, 3 de abril de 2020.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO
Promotor de Justiça em Substituição Legal

ITAQUIRAÍ

RECOMENDAÇÃO N.º 0005/2020/PJ/ITQ

Procedimento Administrativo n. 09.2020.00001374-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Itaquiraí

Objeto: Acompanhar as políticas públicas adotadas pelo Município de Itaquiraí de Itaquiraí, visando resguardar os direitos e interesses das crianças e adolescentes em relação ao denominado COVID 19.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça de Itaquiraí/MS, representada pelo Promotor de Justiça que lança seu almagre ao final, no uso das atribuições previstas no artigo 127 Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), artigo 29, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007⁹:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, de acordo com o disposto no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, em 03.02.2020, através da Portaria GM/MS nº 188/2020, declarou “emergência em saúde pública de importância nacional” em decorrência da infecção humana pelo Coronavírus, considerando que a situação atual demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;

CONSIDERANDO que em relação à questão pedagógica, o Conselho Nacional de Educação traçou orientações aos sistemas de ensino e estabelecimentos de ensino de todos os níveis, etapas e modalidades, que tenham a necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do coronavírus;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n. 15.393, de 17 de março de 2020, que suspendeu as aulas na rede pública estadual de ensino no período de 23/03 a 06/04/2020, orientando as redes públicas municipais e as instituições privadas a fazerem o mesmo, o que foi acatado;

CONSIDERANDO que a alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, reconhecido internacionalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 25) e pelo Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais – PIDESC (art. 11), sendo inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população, como disposto na Lei Nº 11.346/06 que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar;

CONSIDERANDO que muitas famílias contam com a refeição que as crianças e os adolescentes fazem na unidade escolar para a nutrição mínima diária, não tendo como arcar com o aumento desta despesa no período em que eles permanecerão em casa, sendo certo que a vulnerabilidade extrema será potencializada nos próximos dias;

CONSIDERANDO que o programa de merenda escolar é uma das mais antigas políticas sociais do Brasil, sendo reconhecida tanto como política educacional, dados os resultados em termos de melhoria cognitiva e redução da evasão escolar; quanto política de saúde, uma vez que a alimentação na infância apresenta resultados contundentes ao crescimento infantil, desenvolvimento físico e cognitivo da criança;

CONSIDERANDO que a Ministra da Agricultura, Tereza Cristina garantiu¹⁰ que o Programa Nacional de

⁹ Procedimento Administrativo n. 09.2020.00001189-3. Segundo GEISE DE ASSIS RODRIGUES (2014), “em regra, é expedida nos autos do inquérito após a sua instrução, como forma de evitar a propositura da medida judicial e quando não seja caso de ajustamento de conduta, mas nada impede que a recomendação seja feita fora de uma investigação, ou até inicie o inquérito civil”. 8 Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

¹⁰ “Programa Nacional de Alimentação Escolar segue normalmente, diz ministra” <<https://www.istoedinheiro.com.br/programa-nacional-de-alimentacao-escolar-seguenormalmente-diz-ministra/>> acesso em março de 2020. “Merenda escolar está sendo distribuída mesmo com a suspensão das aulas” <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/03/merenda-escolar-esta-sendo-distribuida-mesmo-com-a-suspensao-das-aulas>> acesso em março de 2020.

Alimentação Escolar (PNAE) continuará normalmente, mesmo com a pandemia de coronavírus e a suspensão das aulas nas escolas, como forma de prevenção;

CONSIDERANDO que há alimentos perecíveis e próximos dos prazos de validade que já foram adquiridos e a sua não distribuição desaguará em desperdício de recurso público, enquanto que, por outro vértice, há famílias em situação de vulnerabilidade extrema, o que tende a se agravar nos próximos dias;

CONSIDERANDO que em outros municípios (a exemplo de Itaporã/MS) os gestores sinalizaram que fornecerão alimentação escolar aos alunos da rede municipal de ensino durante o período de suspensão das aulas, mediante a distribuição de kits merenda, o que já teria se iniciado na capital¹¹;

CONSIDERANDO que sobre a temática tramita projeto de Lei Federal, em regime de urgência, tendo em vista que a questão envolve verba federal (PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar), estando na pendência de sanção presidencial;

CONSIDERANDO que no dia 26/03/2020 o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA publicou as “Recomendações do CONANDA para a proteção integral a crianças e adolescentes durante a pandemia do COVID-19”, constando do item 6 “que seja garantida a continuidade da alimentação escolar, por meio de distribuição de refeições ou equivalente em dinheiro, nas esferas federal, estadual e municipal, adotando as medidas necessárias para evitar o contágio”;

CONSIDERANDO que o Presidente da República anunciou, no dia 26/03/2020, que o Executivo Federal decidiu manter a distribuição da merenda escolar mesmo com a suspensão das aulas, garantindo a alimentação de alunos de família de baixa renda (disponível em <https://www.instagram.com/p/B-NkNTNH0aV/>);

CONSIDERANDO que a recomendação, em regra, é expedida nos autos do inquérito após a sua instrução, como forma de evitar a propositura da medida judicial e quando não seja o caso de ajustamento de conduta, mas nada impede que a recomendação seja feita fora de uma investigação, ou até inicie o inquérito civil.

CONSIDERANDO que, nos moldes da Resolução n. 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público (art. 3º), para expedição de recomendações pelo Ministério Público, via de regra, basta a existência de procedimento formal (Procedimento Preparatório, Inquérito Civil ou Procedimento Administrativo), ainda que não destinado a investigação, como é o caso deste feito;

CONSIDERANDO que, conforme já sinalizado formalmente pela Força-Tarefa, há necessidade de as Promotorias de Justiça atuarem de forma coordenada com as autoridades públicas, utilizando o mínimo necessário dos instrumentos normais de atuação (Recomendações, TAC, ACP), priorizando contatos informais e buscando sempre contribuir para superar os obstáculos que estejam dificultado que tais autoridades cumpram o seu papel, contando com as Promotorias de Justiça da Capital na busca de soluções que atinjam todos os Municípios do Estado;

RECOMENDA ao Prefeito do Município de Itaquiraí, bem como a Secretária Municipal de Educação, que diante da suspensão das aulas, que atuem para que a alimentação escolar seja garantida aos alunos da rede pública que dela necessitem, com a elaboração emergencial de um plano de ação, com a distribuição de kits merenda (utilizando-se inicialmente os estoques existentes, com urgência, evitando o perecimento) ou equivalente em dinheiro (cartão merenda, que seja aceito somente em supermercados, lanchonetes, restaurantes e congêneres), em especial àqueles alunos pertencentes às famílias cadastradas no Bolsa Família e Cadastro Único do Governo Federal;

Na hipótese de kits merenda, que:

- 1) divulguem amplamente a forma de distribuição, evitando aglomerações, com a fixação de critérios, tais como:
 - a) contato prévio estabelecido pelos diretores de escola com os pais dos alunos a serem beneficiados, evitando que os pais ou responsáveis procurem a escola antes de serem contatado;
 - b) agendamento de horário para retirada dos kits (evitando filas);
 - c) consumo fora das escolas;
 - e d) retirada por apenas um representante por família;
- 2) havendo suspensão do transporte coletivo e/ou na impossibilidade dos pais ou responsáveis legais retirarem

¹¹ <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/kits-merenda-comecam-a-ser-entregues-a-familias-de-20-mil-alunos>

os itens, observando a realidade local, seja feita a distribuição na residência do aluno (ou núcleos próximos à residência);

3) adotem todas as medidas profiláticas recomendadas pelas autoridades sanitárias para preservar a saúde dos servidores e voluntários envolvidos;

4) proíbam a venda ou a destinação para finalidade diversa dos bens ofertados, advertindo os representantes dos alunos no momento da retirada dos alimentos;

5) realizem o controle efetivo da alimentação escolar devidamente entregue, no qual deverá constar o dia, local e aluno contemplado, a fim de assegurar a regularidade do fornecimento;

6) em relação aos alimentos perecíveis que excederem a quantia distribuída e ainda estiverem válidos para consumo, entreguem às famílias dos estudantes de baixa renda e, caso suprida esta demanda, para outras famílias vulneráveis;

7) não utilizem tal distribuição para promoção pessoal de agente público, sob pena de reconhecimento de prática de ato de improbidade administrativa, tipificado no art. 11 da Lei nº 8.429/1992;

8) adotem todas as medidas legais, jurídicas e administrativas necessárias para a aquisição de alimentos necessários a composição, distribuição dos kits merenda e reposição do estoque para o reinício das aulas, com a observância dos preceitos que regem a administração pública, insculpidos no art. 37 da CF.

Encaminhe-se cópia desta ao Prefeito do Município de Itaquiraí e a Secretária Municipal de Educação que deverão informar a esta Promotoria de Justiça, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, se haverá o acolhimento da presente RECOMENDAÇÃO, sob pena da adoção das medidas cabíveis.

Por derradeiro, remeta-se para publicação no DOMP.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Itaquiraí/MS, 01 de abril de 2020.

PAULO DA GRAÇA RIQUELME DE MACEDO JÚNIOR
Promotor de Justiça em Substituição Legal

PEDRO GOMES

EDITAL Nº 0012/2020/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001390-3, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro, em Pedro Gomes/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001390-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Prefeitura de Pedro Gomes

Assunto: Fiscalizar a legalidade das ações administrativas realizadas para o enfrentamento da emergência de Saúde Pública de importância Nacional e Internacional, já reconhecida em âmbito federal e estadual, em razão da pandemia pelo Coronavírus- Covid-19, pelo Município de Pedro Gomes.

Pedro Gomes/MS, 02 de abril de 2020.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO
Promotor de Justiça

RECOMENDAÇÃO N.º 0003/2020/PJ/PDG

Procedimento Administrativo 09.2020.00001390-3

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Promotor de Justiça que esta subscreve, em Coadjuvação da Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 e no artigo 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e da eficiência administrativa, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal CF/1988, artigo 25, inciso IV, alínea “a” e “b”, da Lei nº 8.625/93, e artigo 26, IV, alíneas “a” e “b” da Lei Complementar Estadual nº 75/1994;

CONSIDERANDO que os agentes públicos devem obrigatoriamente velar pela observância dos princípios constitucionais regentes da Administração Pública esculpidos no artigo 37 da CF/1988, quais sejam a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência;

CONSIDERANDO que a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis é função institucional do Ministério Público, bem como a promoção de inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 127, caput, e 129, inciso III, da CF/1988);

CONSIDERANDO que o artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 e no artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/94 preveem, dentre as atribuições do Ministério Público, expedir recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover; fixando prazo razoável para a adoção de providências cabíveis;

CONSIDERANDO que as recomendações podem ser expedidas no âmbito de inquérito civil, procedimento preparatório ou procedimento administrativo, conforme os artigos 44 e 45 da Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro 2007 e artigo 4º, I da Resolução nº 005/2012-CPJ, de 13 de setembro de 2012 do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que, em caso de em situações de violação às normas jurídicas por pessoas físicas ou jurídicas, incumbe ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou de Município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem (art. 25, IV, “b”, Lei 8.625/93).

CONSIDERANDO que atos que gerem enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário ou que violem os princípios da Administração Pública podem configurar atos de improbidade administrativa, sujeitando o responsável às sanções impostas pela Lei 8.429/92;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde OMS, aos 30 de janeiro de 2020 declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e, aos 11 de março de 2020, declarou a pandemia do Novo Coronavírus Covid-19, e a Permanência da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional ESPII;

CONSIDERANDO que o Ministro de Estado da Saúde, por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional no âmbito da República Federativa do Brasil, nos termos do Decreto 7.616/2011;

CONSIDERANDO que o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020, e do Decreto 15.396/2020 de 19 de março de 2020, declarou Situação de Emergência na Saúde Pública no Estado de Mato Grosso do Sul em função da infecção humana pelo Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO a necessidade de observância, pelos Municípios, do que estabelece a Lei Federal nº 13.979/2020 que dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, declarada pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria 188 de 03/02/2020;

CONSIDERANDO que, uma vez declarada a situação de emergência/calamidade pública, necessária a

elaboração, pelo Município, de um plano de contingência, com a previsão de ações conforme os níveis de resposta, indispensável ao balizamento da necessidade e adequação das ações empreendidas, dentre elas as contratações diretas, por dispensa de licitação, fundadas no artigo 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F, 4º-G, 4º-H e 4º-I da Lei 13.979/2020, alterada pela MP 926/2020, em observância ao dever de transparência, eficiência e moralidade administrativa, nos termos do artigo 37 da CF;

CONSIDERANDO que a contratação de bens, obras ou serviços pela Administração Pública deve ser, em regra, precedida de licitação, conforme exigência da Constituição Federal (art. 37, XXI) e Lei 8.666/93, como medida de legalidade, impessoalidade, isonomia, eficiência e moralidade;

CONSIDERANDO que a contratação sem realização de licitação somente é admitida nas estritas hipóteses previstas em lei, de modo que os casos de dispensa de licitação, previstos no artigo 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F, 4º-G, 4º-H e 4º-I são, por sua natureza, excepcionais e taxativos;

CONSIDERANDO que a dispensa de licitação autorizada pelo artigo 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F, 4º-G, 4º-H e 4º-I da Lei 13.979/2020 é temporária e aplica-se apenas para a aquisição de bens, serviços (inclusive de engenharia) e insumos destinados ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e Nacional decorrente do Coronavírus Covid19;

CONSIDERANDO que a falta de verificação da relação de causalidade da contratação com a finalidade estabelecida em lei configura dispensa indevida da licitação, gera a nulidade do contrato administrativo correspondente (artigo 49, par. 2º da Lei 8.666/93), bem como responsabilidade criminal (artigo 89) e por ato de improbidade do gestor, seja pelo dano presumido ao erário público, seja pela violação dos princípios da Administração Pública (Lei 8.429/92);

CONSIDERANDO que o regime especial de contratação definido na Lei 13.979/2020, em especial a presunção juris tantum estabelecida no artigo 4º-B, restrita à existência da emergência (incisos I, II e III) e à limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da emergência (inciso IV), não dispensa o gestor de, em processo administrativo de dispensa de licitação regularmente instaurado, demonstrar (i) a existência de uma necessidade pública para combate e tratamento da pandemia; (ii) a correlação lógica entre a causa (a necessidade pública) e a consequência fático-jurídico a ser obtida pela contratação (o enfrentamento à pandemia); e (iii) a proporcionalidade da medida;

CONSIDERANDO que, apesar de a Lei 13.979/2020 estabelecer regras diferenciadas para a contratação emergencial para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, declarada por meio da Portaria 188/MS, inclusive com a dispensa de estudos preliminares, quando se cuidar de contratação de bens e serviços comuns, o processo de contratação por dispensa de licitação, baseado no artigo 4º e seguintes da referida lei, deve conter termo de referência e projeto básico simplificados, para identificação do objeto, fundamentação da contratação, estabelecimento de critérios de medição e pagamento, e estimativa de preços e adequação orçamentária, nos termos do artigo 4º-E da Lei 13.979/2020;

CONSIDERANDO que a Lei 13.979/2020 dispensa, excepcionalmente e mediante decisão fundamentada, a realização de estimativa de preços e permite, também, que a contratação seja efetuada por preço superior ao estimado, em razão das oscilações ocasionadas pela variação de preços, também de forma fundamentada, conforme artigo 4º-E, §§ 2º e 3º;

CONSIDERANDO que nas contratações regidas pela Lei 13.979/2020, poderá o gestor, também excepcionalmente e de forma fundamentada, celebrar contrato com empresa com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se cuidar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido;

CONSIDERANDO que, nos termos da Lei 13.979/2020, quando houver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, excepcionalmente e de forma fundamentada, poderão ser dispensadas, para a contratação, a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

CONSIDERANDO que a Lei 13.979/2020, em seu artigo 4º-H, estabelece que os contratos regidos por essa Lei

terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO que, apesar de a lei autorizar as contratações por dispensa de licitação, para a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata a Lei 13.979/2020, não afastou a possibilidade de realização da licitação, prevendo, inclusive, a redução dos prazos, pela metade, para a modalidade pregão, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata a referida lei (artigo 4º-G da Lei 13.979/2020);

CONSIDERANDO que, para a garantia do princípio da publicidade, da moralidade e da eficiência administrativa, a Lei 13.979/2020 impõe a todo gestor, independentemente do número de habitantes do Município, o dever de publicar em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), todas as informações previstas no § 3º do artigo 8º da Lei 12.527 Lei de Acesso à Informação, além do nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual o valor e respectivo processo de contratação, afastando, assim, às contratações realizadas com base na Lei 13.979/2020, o disposto no artigo 8º, § 4º, da Lei 12.257/2011;

CONSIDERANDO que o regime especial de contratações disciplinado pela Lei 13.979/2020 não se aplica a toda e qualquer contratação que seja realizada durante o período da emergência de que trata a lei, mas apenas àquelas que se destinem ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, razão por que para as contratações que não se destinem a essa finalidade deverão ser observadas as disposições da Lei 8.666/93;

CONSIDERANDO que o regime especial de contratação definido na Lei 13.979/2020 decorre de uma ponderação de interesses feita pelo próprio legislador diante do conflito de bens e direitos constitucionalmente protegidos, quais sejam os princípios regentes da atividade administrativa e direitos fundamentais como a vida e a saúde, e, na sua interpretação, deve-se buscar a maximização dos direitos e bens contrapostos, a fim de garantir-lhes máxima efetividade, evitando-se a nulificação dos bens e direitos em conflito;

CONSIDERANDO que a motivação dos atos administrativos é princípio da Administração Pública, extraível do artigo 93, inciso IX, da CF, e constitui garantia não somente do jurisdicionado, para o controle social das decisões administrativas, mas do próprio gestor, acerca da legitimidade de sua atuação

RESOLVE

RECOMENDAR ao Senhor Prefeito, Secretário de Saúde e Secretário de Administração do Município de Pedro Gomes, cada um no âmbito de suas competências:

a) a elaboração, pelo Município (caso ainda não o tenha feito), de um plano de contingência, com a previsão de ações conforme os níveis de resposta, indispensável ao balizamento da necessidade e adequação das ações empreendidas, dentre elas as contratações diretas, fundadas no artigo 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F, 4º-G, 4º-H e 4º-I da Lei 13.979/2020, e à fundamentação das decisões tomadas;

b) que nas contratações realizadas para o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional decorrente do Coronavírus Covid-19 sejam instaurados processos formais de contratação;

c) que nas contratações realizadas para o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional decorrente do Coronavírus Covid-19 seja priorizado o sistema de regime de preços, se cabível, inclusive observando a viabilidade de adesão às atas de outros entes;

d) diante da impossibilidade de contratação por sistema de registro de preços seja devidamente justificada a decisão pela dispensa de licitação, conforme autorizado no artigo 4º da Lei 13.979/2020, com a demonstração de que a contratação pretendida revela-se necessária, adequada e proporcional ao atendimento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional decorrente do Coronavírus Covid-19, a qual, nos termos do artigo 4º-B da Lei 13.979/2020, é, presumida, sob pena de nulidade do contrato administrativo correspondente (artigo 49, par. 2º da Lei 8.666/93), por caracterizar dispensa indevida da licitação e de responsabilidade criminal (artigo 89) e por ato de improbidade do gestor, seja pelo dano presumido ao erário público, seja pela violação dos princípios da Administração Pública (Lei 8.429/92);

e) seja justificada, em decisão fundamentada, a partir de critérios de proporcionalidade (necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito) a não opção pela licitação por pregão artigo 4º-G da Lei 13.979/2020, com prazos reduzidos quando se cuidar de aquisição de bens e serviços comuns necessários ao enfrentamento da emergência de que trata a Lei 13.979/2020, conforme previsto no artigo 4º-G da Lei 13.979/2020;

f) que, nos processos de dispensa de licitação para a contratação de insumos, bens e serviços destinados ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, sejam elaborados termos de referência e projetos básicos simplificados, indispensáveis para a identificação do objeto a ser contratado, sua necessidade, adequação e proporcionalidade ao atendimento da emergência declarada, o estabelecimento de critérios de medição e pagamento, estimativa de preços e adequação orçamentária, nos termos do artigo 4º-E da Lei 13.979/2020;

g) que na excepcional hipótese de ser dispensada a realização de estimativa de preço, nos termos do artigo 4º-E, § 2º, da Lei 13.979/2020 ou de contratação efetuada por preço superior ao estimado, em razão das oscilações ocasionadas pela variação de preços (artigo 4º-E, § 3º, da Lei 13.979/2020), as decisões sejam pautadas no princípio da proporcionalidade (necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito) e sejam devidamente fundamentada nos autos, adotando, em caso de abusividade no aumento de preços, as medidas necessárias para a intervenção imediata dos órgãos de defesa do consumidor;

h) na hipótese de a abusividade dos preços inviabilizar a própria contratação pela Administração, especialmente por questões orçamentárias e, em consequência, o atendimento da situação de emergência, avaliar, também a partir de critérios de proporcionalidade (necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito), a possibilidade de requisição, mediante justa indenização, nos termos do artigo 5º, inciso XXV, da CF, artigo 15, inciso XIII, da Lei 8.080/90, artigo 3º, inciso VII, § 7º, inciso III, da Lei 13.979/2020 e artigo 3º, inciso III, § 3º, inciso II, da Lei 13.874/2019;

i) que a decisão de contratar empresa com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso somente se dê na hipótese expressamente prevista em lei, qual seja quando se cuidar, comprovadamente, de única fornecedora (embora não exclusiva) do bem ou serviço a ser adquirido, em razão de circunstâncias fáticas existentes no momento da contratação, de forma fundamentada, adotando as medidas de cautela que foram necessárias para garantir o efetivo cumprimento do contrato;

j) que a dispensa de apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação somente seja adotada diante de situação de restrição de fornecedores ou prestadores de serviço que esteja a comprometer o atendimento da situação de emergência, a partir de critérios de proporcionalidade, devidamente fundamentada, com adoção, pelo gestor, das providências necessárias a garantir o cumprimento do contrato;

k) que, embora a emergência seja presumida por lei, da mesma forma que na celebração do contrato, necessário seja devidamente fundamentada cada prorrogação, a partir da necessidade, da adequação e da proporcionalidade da prorrogação da contratação ao fim de enfrentamento da Emergência de Saúde de Importância Nacional;

l) sejam publicadas, em sítio oficial específico (a ser criado, caso inexistente) na rede mundial de computadores (internet), para a garantia do princípio da publicidade, da moralidade e da eficiência administrativa, todas as informações previstas no § 3º do artigo 8º da Lei 12.527 Lei de Acesso à Informação, além do nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual o valor e respectivo processo de contratação, independentemente do número de habitantes do Município, haja vista que a Lei 13.979/2020 não estendeu às contratações por ela disciplinadas, a exceção prevista no 8º, § 4º da Lei 12.257/2011 Lei de Acesso à Informação;

m) que se abstenham de utilizar o regime especial de contratações estabelecido na Lei 13.979/2020 para as contratações que não se destinem ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, observando-se as disposições da Lei 8.666/93.

No prazo de 48 (quarenta e oito) horas, nos termos do artigo 8º, inciso IV e § 5º da LC 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União - c/c artigo 80 da Lei 8.625/93 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público - e art. 27, II e art. 232 da LC Estadual 72/94 - Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, deverão ser encaminhadas, por escrito, a este órgão ministerial, informações acerca das providências adotadas para o cumprimento da presente recomendação, acompanhadas dos documentos necessários à sua comprovação.

Ressalta-se que a inobservância da presente Recomendação acarretará a adoção de todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

Pedro Gomes, 01 de abril de 2020.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO
Promotor de Justiça

EDITAL

A Comissão Eleitoral composta por Rogério Cintra Pereira Neves, Carlos Gonzalez Fernandes e Ramão Perpeto Barros Ajala, suplente Mohamed Santos Ibrahim e Edna de Barros Manzoni, eleita em Assembleia Geral Ordinária, no uso de suas atribuições, em virtude do pedido de renúncia apresentado pelo senhor André Luiz Correa de Melo, candidato a 2º Tesoureiro, torna pública a nova composição das chapas inscritas para concorrerem à eleição prevista para o dia 15 de abril de 2020, para o mandato do triênio 2020-2023. Comunicamos também que a Eleição será realizada de forma eletrônica, conforme previsto no Estatuto do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul -SINSEMP/MS, no seu artigo 35 § 1º. Para tanto foi deliberado pela Comissão Eleitoral, que considerando a necessidade de tempo e demais providências para a realização da votação eletrônica, entre estas: prazo para desenvolvimento do software, a informação aos eleitores (sindicalizados), tempo para efetivação da forma de votação (acesso a Área Restrita no Site do SINSEMP), entre outras, necessário se faz a prorrogação da data da eleição por no mínimo 15 (quinze) dias, a contar da data em que seria realizada a eleição. **Assim fica definido como nova data para realização da eleição o dia 27 de abril de 2020.**

| Chapa Compromisso e responsabilidade União para avançar | Chapa Ação para o bem comum |
|--|--|
| Presidente Vanduir Abadio Barbosa | Presidente Ewerton Cardoso da Silva |
| Vice-Presidente Armenia Rodrigues da Silva | Vice-Presidente Kellen Ferreira Nunes |
| Secretário Geral Jader Silva de Melo Alves | Secretário Geral Megaron Molossi |
| Primeiro Tesoureiro Marco Antonio Martins Pereira | Primeiro Tesoureiro Juliana Patrão Laurentino |
| Segundo Tesoureiro Giovanni do Prado Azevedo | Segundo Tesoureiro Bruno Zanatto Macedo |
| Secretaria de Formação Sindical Alecly Dias da Silva | Secretaria de Formação Sindical Joel Cesar Bortolan de Emílio |
| Secretaria de Aposentadorias e Pensões Maria Inácia Cordeiro Maia | Secretaria de Aposentadorias e Pensões Mauro da Cunha Duarte |
| Secretaria de Cultura e Lazer Rafael de Souza Mantilha | Secretaria de Cultura e Lazer Emanuelly Martins Atanasio da Silva |
| Secretaria de Imprensa e Divulgação Werner Vinicius Bezerra | Secretaria de Imprensa e Divulgação Lindomar Pacheco |
| Primeiro Suplente Fabio Maick da Silva | Primeiro Suplente Regina Célia de Araújo Silva |
| Segundo Suplente Joel Gonçalves Coelho | Segundo Suplente ***** |
| Terceiro Suplente Leandro Lima dos Santos | Terceiro Suplente ***** |